

NÚRIA ISABEL TEIXEIRA PIRES

**AUTONOMIA E COMPETÊNCIAS SOCIAIS DE
CRIANÇAS E JOVENS INSTITUCIONALIZADOS**



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Escola Superior de Educação e Comunicação

2023

NÚRIA ISABEL TEIXEIRA PIRES

**AUTONOMIA E COMPETÊNCIAS SOCIAIS DE
CRIANÇAS E JOVENS INSTITUCIONALIZADOS**

Mestrado em Educação Social

Trabalho efetuado sob orientação de:

Professor Doutor António Carlos Pestana Fragoso de Almeida



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Escola Superior de Educação e Comunicação

2023



AUTONOMIA E COMPETÊNCIAS SOCIAIS DE CRIANÇAS E JOVENS INSTITUCIONALIZADOS

Declaração da autoria do trabalho

Declaro ser autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e consta na listagem de referências incluída.

Copyright © Núria Isabel Teixeira Pires

A Universidade do Algarve reserva para si o direito, em conformidade com o disposto no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, de arquivar, reproduzir e publicar a obra, independentemente do meio utilizado, bem como de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição para fins meramente educacionais ou de investigação e não comerciais, conquanto seja dado o devido crédito ao autor e editor respetivos.

Dedicatória

A todas as crianças e jovens do CA|CAIC- “A Gaivota”.
Desejo-vos todo o amor do mundo e que os vossos sonhos nunca tenham limites.
Marcaram o meu coração e sei que também deixei uma marca no vosso.
Acredito que “Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós.
Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós”.

(O Príncipezinho, Antoine de Saint-Exupéry).

Agradecimentos

Antes de qualquer agradecimento quero homenagear a minha tia. Apesar de já não puder assistir à conclusão de mais um capítulo académico, foi ela que me impulsionou a seguir sempre os meus objetivos. Continua a brilhar aí em cima, como sempre brilhaste cá em baixo. Até um dia Tia Deia.

É importante agradecer a todas as pessoas que foram importantes neste processo.

E por esse motivo, quero agradecer:

À Cruz Vermelha Portuguesa- Delegação de Tavira, o meu enorme agradecimento por terem autorizado o meu estágio, só assim foi possível a realização deste Relatório de Estágio.

A toda a equipa do CA|CAIC – “A Gaivota” por me terem acolhido tão bem, e terem-me feito sentir em casa.

A todas as crianças e jovens da CA|CAIC- “A Gaivota” um enorme obrigada por todo o carinho e afeto para comigo e por me terem ajudado, mesmo sem saberem, a crescer enquanto profissional.

Ao meu orientador, Professor Doutor António Fragoso de Almeida, obrigada por toda a disponibilidade que teve para comigo, por todos os ensinamentos e especialmente por toda a paciência.

Aos meus pais, não há forma de agradecer todos os valores que me transmitiram. Sem eles não seria quem sou hoje e não teria conseguido alcançar tudo o que consegui.

Aos meus avós, que apesar de me dizerem imensas vezes que não entendem porque estudo tanto, eu vejo o brilho nos olhos deles quando falam no meu percurso e sente-se o orgulho que têm por mim.

Ao meu namorado, que teve a maior paciência do mundo comigo. Obrigada por me ouvires todas as vezes que precisei e por nunca me largares a mão. Obrigada por me incentivares sempre a continuar e a lutar pelos meus objetivos.

Aos meus amigos, vocês sabem que são, um enorme agradecimento por estarem comigo nos momentos mais difíceis.

À minha Laura, obrigada por me dizeres tantas vezes “Agora não, já vais a mais de metade”, sabendo tu que ainda faltava tanto. Mas são essas pequenas frases que ficam registadas, e sempre que pensava em desistir pensava nela.

À Filipa Pereira, a minha colega que me acompanhou na licenciatura e no mestrado. Obrigada por teres vivido estas etapas com a mesma intensidade que eu.

À minha prima Mariana, porque sem ela esta caminhada não teria sido igual. A pessoa que me fez seguir a área social. A primeira pessoa a quem ligo quando tenho uma dúvida, e a quem eu confio de olhos fechados.

À Nilza, a pessoa que entrou mais recentemente na minha vida. A pessoa que olho para ela e digo “eu quero ser como ela”. É a minha chefe atualmente, mas mais do que isso, é uma grande amiga. Deu-me a conhecer a Gerontologia e fez-me apaixonar. Obrigada por me passares coisas tão boas e de quando é necessário me pões os pés na terra e dizeres: “Núria, um bagulho dji cada vez”.

A todos os que me rodeiam, de uma forma ou de outra me ajudaram neste processo. O meu muito obrigada.

Resumo

O presente Relatório de Estágio descreve o trabalho desenvolvido no âmbito do estágio académico, no 2º ano do Mestrado de Educação Social, da Escola Superior de Educação e Comunicação na Universidade do Algarve. O estágio foi desenvolvido na Cruz Vermelha Portuguesa- Delegação de Tavira, na Casa de Acolhimento |Centro de Apoio Integrado a Crianças- “A Gaivota” (CA|CAIC). O objetivo era preparar as crianças e jovens do CA|CAIC- “A Gaivota” para uma vida após a Casa de Acolhimento, e por esse motivo apoiá-las na aquisição da autonomia e das competências sociais das crianças e jovens dos 0 aos 17 anos. Para este estudo recorri à observação direta, às conversas informais e ao registo no diário de campo. Além destes instrumentos de recolha de dados foram também implementadas várias atividades a fim de trabalhar a autonomia e as competências sociais das crianças e jovens institucionalizados. Tendo em conta os resultados obtidos é possível verificar que a minha intervenção alterou positivamente essas competências.

Palavra-chave: autonomia; competências sociais; crianças; jovens; institucionalização; educação social

Abstract

This Internship Report describes the work developed within the scope of the academic internship, in the second year of the Master of Social Education, at Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve. The internship was carried out at the Cruz Vermelha Portuguesa- Delegação de Tavira, na Casa de Acolhimento|Centro de Apoio Integrado a Crianças – “A Gaivota” (CA|CAIC). The objective was to prepare the children and young people from CA|CAIC- “A Gaivota” for a life after the Shelter, and for this reason support them in acquiring autonomy and social skills of children and young people aged 0 to 17. For this study, direct observation, informal conversations and recording in the field diary were recorded. In addition to these data collection instruments, several activities were also innovative to work on the autonomy and social skills of institutionalized children and young people. Considering the results obtained, it is possible to verify that my intervention positively changed these skills.

Keywords: autonomy; social skills; children; young people; institutionalization; social education

Índice

I.	Introdução	1
II.	Enquadramento Teórico	5
1.	Educação Social Educador Social	5
2.	Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade	8
2.1	Conceito de crianças e jovens	8
2.2	Lei de proteção e promoção das crianças e jovens	8
2.3	Institucionalização, motivos e medidas	9
3.	Autonomia e competências sociais	15
III-	Enquadramento Metodológico	18
1.	Investigação Qualitativa	18
2.	Método: Investigação-Ação	19
3.	Técnicas de recolha de dados	22
3.1	Observação.....	22
3.3	Conversas Informais	23
3.4	Diário De Campo	24
IV-	Enquadramento Institucional	25
1.	Caracterização da instituição.....	25
2.	Centro Humanitário de Tavira da Cruz Vermelha Portuguesa	26
3.	Casa de Acolhimento Centro de Apoio Integrado a Crianças “A Gaivota”	27
4.	Critérios de Admissão	27
5.	Os principais objetivos da Intervenção da CA CAIC “A Gaivota”.....	28
6.	Recursos Humanos	29
7.	Funções do Educador Social no CAIC- A Gaivota	29
8.	Recursos Físicos	30
9.	Modelo Pedagógico da CA CAIC “A Gaivota”	31
10.	Diagnóstico das necessidades	32
11.	Procedimentos Internos	32
V-	Atividades realizadas durante o Estágio	35
1.	Duração	35

2. Calendarização	35
3. Atividades Desenvolvidas	39
Atividade 1	39
Atividade 2	40
Atividade 3	42
Atividade 4	43
Atividade 5	44
Atividade 6	45
Atividade 7	46
Atividade 8	47
Atividade 9	48
Atividade 10	49
Atividade 11	50
Atividade 12	51
Atividade 13	51
Atividade 14	52
Atividade 15	53
4. Atividades desenvolvidas pela entidade.....	54
5. Resultados Obtidos.....	55
VI- Conclusões	62
Referências Bibliográficas	65
Anexos	71
Anexo 1- Questionário de avaliação de desempenho da estagiária: Núria Pires.....	72

Índice de Figuras

Figura 1 – Triângulo Lewiano.....	20
-----------------------------------	----

Índice de Tabelas

Tabela 1- Calendarização Inicial	36
Tabela 2- Calendarização Cumprida	37
Tabela 3- A importância de uma Rotina Diária	39
Tabela 4- Notas e Moedas 1.1	41
Tabela 5- Notas e Moedas 1.2	41
Tabela 6- Cantinho da Leitura.....	42
Tabela 7- A Árvore dos Valores.....	43
Tabela 8- Vamos cozinhar?.....	44
Tabela 9-Organização da Mochila.....	45
Tabela 10-O que vamos vestir?	46
Tabela 11- Os nossos desejos	47
Tabela 12- Escovar os dentes	48
Tabela 13- Caminhar	49
Tabela 14- Da Escola até à Gaivota.....	50
Tabela 15- Arrumar o nosso Quarto	51
Tabela 16- A 1ª lista de compras	52
Tabela 17- Hora do Banho.....	53
Tabela 18-Compras livres.....	53

Lista de Siglas e Abreviaturas

IPSS- Instituições Particulares de Solidariedade Social

CAIC- Centro de Apoio Integrado a Crianças

CAT- Centro de Acolhimento Temporário

PSEI- Plano Socioeducativo Individual

PCI- Plano de Cooperação e Intervenção

PEI- Plano Educativo Individual

CPCJ- Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

ISS- Instituto da Segurança Social

CASA- Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens

CA- Casa de Acolhimento

RTP- Relatório Técnico Pedagógico

CVP- Cruz Vermelha de Tavira

I. Introdução

Este relatório de estágio foi desenvolvido no âmbito do Mestrado de Educação Social na Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve.

O estágio foi desempenhado na instituição da Cruz Vermelha Portuguesa- Delegação de Tavira- Casa de Acolhimento |Centro de Apoio Integrado a Crianças- “A Gaivota”. Esta é um Casa de Acolhimento destinada a crianças e jovens entre os 0 aos 12 anos, que estejam numa situação de abandono, vítimas de maus-tratos, vítimas de abuso sexual entre muitas mais situações possíveis. No entanto, nesta Casa de Acolhimento, as crianças/jovens podem ficar institucionalizadas até aos 18 anos de idade caso necessário.

Neste seguimento a problemática em causa é “a falta de autonomia e de competências diárias nas crianças e jovens institucionalizados nos centros de acolhimento”. Como objeto de estudo, tenho as crianças institucionalizadas no Centro de Apoio Integrado a Crianças- CAIC- A “Gaivota” em Tavira.

A pergunta de partida passa por “De que forma o educador social pode contribuir para a aquisição da autonomia e das competências diárias das crianças institucionalizadas?”.

E neste sentido foram formulados os objetivos gerais e específicos.

Os objetivos gerais são deste modo:

- (1) Garantir meios para o desenvolvimento integral da criança/jovem;
- (2) Preparar os indivíduos para uma vida após o CAIC.

Nesta sequência, os objetivos específicos são:

- (1.1) Incentivar os indivíduos a ter um projeto de vida;
- (2.1) Promover a autonomia;
- (2.2) Cooperar na aquisição das competências diárias.

O facto de escolher esta entidade deveu-se ao facto de já anteriormente ter realizado um projeto nesta instituição, por esse motivo conhecia as fragilidades e potencialidades desta Casa de acolhimento e a minha integração foi mais facilitada e ajudou na minha intervenção. Para além disso, este público-alvo é desafiante para mim a nível profissional.

O meu estágio centrou-se essencialmente em acompanhar as crianças e jovens no seu dia a dia e nas suas tarefas diárias, assim como executar atividades de meu planeamento para uma maior aquisição de autonomia e de competências sociais. No entanto também participei em muitas outras atividades organizadas pela entidade em questão, que serão apresentadas mais à frente.

Os dados do CASA 2021 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens mostram-nos que:

a medida que verificou um aumento com mais 32 jovens abrangidos, no ano em estudo é a “medida de apoio para autonomia de vida”. A medida “apoio para autonomia de vida”, em termos de expressividade, aparece como a quarta medida aplicada, verificando-se para 9,3% das crianças e jovens. Comparativamente ao ano anterior, sofreu um aumento, com mais 18 jovens a beneficiar desta medida. (Instituto da Segurança Social, p.56)

Isto prova-nos a importância do tema da autonomia e da aquisição das competências sociais para as crianças e jovens institucionalizados, a fim de estes se conseguirem orientar sozinhos se não tiverem uma estrutura familiar que os possa minimamente encaminhar.

É dever da instituição trabalhar estes aspetos centrais para o aumento da autonomia e aquisição de competências sociais para a vida. Quando saem da Casa de Acolhimento, estas crianças e jovens podem ter a oportunidade de ir para um apartamento de autonomia, mas para isso é necessário que tenham autonomia, pois nestes apartamentos terão à sua responsabilidade. Cabe à instituição em causa trabalhar com todas as ferramentas para um melhor e maior alcance da autonomia.

Como todas as investigações, há uma metodologia que foi utilizada: a Investigação-Ação, a mais adequada para esta situação de estágio. Os resultados do meu trabalho com as crianças foram verificados através da técnica da observação, sendo estes resultados registados (quase diariamente) em notas de campo, que assim vieram a constituir-se como um diário de campo. As notas de campo não estão anexadas a este trabalho por motivos éticos.

A minha investigação foi calendarizada para um ano, dividindo-se em 4 fases:

A primeira fase começou ao mesmo tempo do meu estágio, pois era de diagnóstico da instituição, principalmente de integração e de observação. Todos os acontecimentos à minha volta eram essenciais para um melhor enquadramento para a planificação das minhas atividades. Foi a fase em que conheci o grupo de crianças e jovens da instituição, assim como a equipa técnica, equipa auxiliar e instalações.

Na fase seguinte, a planificação de atividades, foi quando comecei a planificar as atividades tendo em conta a fase anterior do diagnóstico.

Na fase de execução das atividades, pus em prática a maioria das atividades que tinha planificadas. Mas acabei por não executar algumas porque, por um motivo ou outro, já não se justificavam e, finalmente, aconteceu ter executado tarefas que não tinha planificado anteriormente. Isto apenas significa que a planificação deve ser flexível, para que se possa

adaptar à mudança dos próprios contextos de intervenção; e que devemos ter alguma liberdade para ir refletindo sobre os acontecimentos diários e ir adaptando a nossa ação a esses acontecimentos.

Por fim, chegou a fase da avaliação e escrita do relatório, em que processei todo o trabalho feito para chegar a dois tipos de resultados: primeiro, um balanço das atividades globais e da aprendizagem construída durante o estágio; segundo, refletir sobre os resultados concretos da minha investigação, neste caso sobre a autonomia e a construção de competências sociais de crianças e jovens institucionalizados.

O presente Relatório de Estágio divide-se em seis capítulos, são eles: a Introdução, o Enquadramento Teórico, o Enquadramento Metodológico, o Enquadramento Institucional, Atividades desenvolvidas durante o Estágio e a Conclusão.

Na Introdução, é feita uma breve fundamentação introdutória para o seguimento do trabalho de investigação.

Relativamente ao Enquadramento Teórico abordo assuntos que considero importantes e fundamentais para o entendimento de toda a investigação. Os termos explicados são precisamente: a Educação Social/o Educador Social; Crianças e Jovens em Vulnerabilidade; a Institucionalização e Medidas; e a Autonomia e Competências Sociais.

O capítulo correspondente ao Enquadramento Metodológico informa acerca da metodologia utilizada. Neste caso foi um estudo de carácter qualitativo, utilizando o método de Investigação-Ação e tendo por base a observação e as conversas informais como técnicas de recolha de dados e o diário de campo como forma de registo. Neste capítulo também explico o processo de toda a investigação.

No quarto capítulo, o Enquadramento Institucional, faço uma caracterização do CAIC-a Gaivota para que quem leia o meu relatório de estágio, entenda onde foi realizado o meu estágio. Descrevo a instituição, assim como as suas instalações os seus serviços, e a sua equipa técnica e auxiliar.

No quinto capítulo, Atividades desenvolvidas durante o Estágio, menciono e faço uma descrição completa das atividades desenvolvidas, umas planificadas por mim e outras pela entidade em questão. Neste capítulo também mostro a calendarização prévia que tinha sido feita e a que foi utilizada. No fim ainda apresento os resultados obtidos neste estágio.

A conclusão, é o último capítulo, onde são mencionadas as aprendizagens adquiridas, as dificuldades mais sentidas e a perspetiva que tenho em melhorar para as futuras intervenções.

Este relatório de estágio, cumpre todas as regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e as Normas da American Psychological Association [APA] – 7ª edição.

As notas de campo que fui redigindo como resultado da observação do meu trabalho diário contêm muitos aspetos relacionados com as crianças e com os jovens da instituição, dados pessoais e comentários que devem ser protegidos, por motivos éticos. Desta forma, optámos por não anexar os registados do diário de campo, por considerar que a sua apresentação pública violaria o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

II. Enquadramento Teórico

Este enquadramento teórico tem o objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre assuntos relacionados com a atividade central da instituição de estágio, como a Educação Social e o Educador Social, das Crianças e Jovens em situação de vulnerabilidade, as Respostas Sociais existentes e ainda sobre a Autonomia e Competências Sociais. A pesquisa destas temáticas, foi importante para toda a intervenção e trabalho realizado.

1. Educação Social| Educador Social

Segundo Azevedo e Correia (2013) a Educação Social surge após a alteração no conceito de educação, em que esta deixa de ser exclusividade da escola e começa a ter novas funções a nível social. Também começamos a considerar além da educação formal, a educação não formal e informal, ou seja, a educação começa a ser vista como permanente e a ter importância em vários contextos e populações. A “Educação Social desenvolve-se pela diversidade de categorias profissionais e de perfis de competências e áreas disciplinares” (Correia et al. p.1, 2014).

Como afirma Díaz (2006), o conceito de pedagogia social faz referência à ciência da educação social das pessoas e grupos, no entanto, também de como ajuda a partir de uma vertente educativa, às necessidades humanas que precisam do trabalho social.

A Educação Social deve executar-se em todos os contextos nos quais o ser humano está, uma vez que este se socializa tanto dentro como fora do contexto escolar (Díaz, 2006). No entanto, não podemos dizer que a Educação Social ocorre exclusivamente fora do contexto escolar.

A Educação Social deve de forma geral, ajudar a aprender a viver com e para com a comunidade, e por esse mesmo motivos os grandes objetivos da Educação Social é que o indivíduo se integre no meio social, e que tenha capacidade crítica para o melhorar e transformar (Díaz, 2006).

Por vezes, é difícil definir o termo de educação social porque este conceito está relacionado com o contexto social, as formas políticas dominantes, a cultura, o modelo económico e a realidade educativa. Claramente que isto é em relação a um espaço e a um tempo concretos. Desta forma, Díaz (2006) considera que não existe apenas uma forma de entender a educação social, e por isso surgem tantas definições da mesma.

Para Ortega (1999), a Educação Social é, ou deve ser, o seguinte:

1. Uma progressiva e contínua configuração do indivíduo para conseguir o seu desenvolvimento e alcançar a participação na comunidade.
2. A educação é uma dimensão inseparável dos indivíduos e das comunidades e, por isso, a educação é ao longo de toda a vida, desde o nascimento até à morte.
3. Uma educação percebida como ao longo da vida deve verificar-se em todo o espaço espacial e temporal.
4. Toda a educação é, ou deve ser, social, porque a educação faz-se na família, na escola, na comunidade e, para a comunidade.
5. A educação social deve estar inserida no contexto da educação ao longo da vida, e também, às vezes, deve concretizar-se em espaços e tempos distintos dos da educação escolar.

Por fim, Ortega (1999) afirma que a educação social é ou seria fundamentalmente a dinamização ativa das condições educativas da cultura, da vida social e dos seus indivíduos e a compensação, normalização ou, até, a reeducação da dificuldade e do conflito social.

A Educação Social, é vista como uma profissão recente em Portugal. No entanto, a sua origem está associada à industrialização e aos problemas que dela surgiram, especificamente os problemas de desigualdade social, que obrigaram a respostas inovadoras aos problemas sociais que iam aparecendo numa sociedade cada vez mais complexa (Correia et.al, 2014).

Azevedo e Correia (2013) também afirmam que a Educação Social, apesar de não ser uma profissão recente, ainda se encontra no processo de profissionalização e afirmação da sua identidade profissional. Atualmente, os educadores sociais ainda encontram muitos obstáculos para a integração profissional e interventiva, apesar de não haver falta de mercado de trabalho, mas existe sim ainda muita confusão na sua designação e aproximação com as outras diferentes profissões nas áreas sociais.

Como reforçam Azevedo e Correia (2013), a grande proximidade da atividade profissional do educador social e outros profissionais da área traz dificuldade na construção da identidade profissional. O educador social é um trabalhador social porque nalguns contextos profissionais a inspiração teórica de base não será tanto a pedagogia social, mas sim o Trabalho Social. Também por esse mesmo motivo, eles confundem-se com outros profissionais do trabalho social, nomeadamente os assistentes sociais. No entanto, o educador social é herdeiro de uma perspetiva educativa mais global (precisamente dada pela Pedagogia Social), centrando-se nas pessoas, nas suas capacidades e desenvolvimento.

“O “traço” marcante do Educador Social é, sem dúvida, a capacidade para saber encontrar e ajudar a percorrer caminhos que vão no sentido do bem-estar da pessoa e da

sociedade. O que o distingue de outros profissionais é a formação polivalente que lhe permite apropriar-se de situações de carência, saber intervir educativamente e encaminhar para outros profissionais os casos que necessitam de intervenção especializada” (Cardoso, 2006, p. 14). Esta autora ainda completa dizendo que “a sua mais valia advém-lhe do seu saber pedagógico, técnico e humano que o tornam insubstituível na orientação e “resolução” de muitos problemas sociais da nossa contemporaneidade” (p. 9). Carvalho e Batista (2014) também sublinham a polivalência do Educador Social como uma vantagem, embora seja vista em alguns contextos como uma fragilidade.

Até 1996, o ano que foi aprovado o primeiro diploma em Educação Social de nível I em Portugal, o educador social era apenas considerado um executor de atividades lúdicas. A partir desta altura, a Educação Social teve uma grande evolução na sua formação, passando os educadores sociais serem vistos também como profissionais de intervenção.

O Educador Social visa a promoção e integração social das pessoas em situação de risco, excluídas e em vulnerabilidade social através de atividades pedagógicas. É um educador não formal, ou seja, trabalha em instituições de carácter não formal de educação. O Educador Social trabalha sempre em conjunto, e, portanto, tem de ser capaz de se integrar em equipas multidisciplinares, normalmente constituídas por assistentes sociais, psicólogos e professores.

Segundo Maria Ferreira citada em Azevedo e Batista (2008), “o educador social define-se através da mediação e pela forma como estabelece relações de proximidade com os educandos, olhando-os como pessoas únicas e com potencialidades, de modo a ajudar a produzir mudanças e a alterar comportamentos” (p. 50).

Rui Amado, citado em Azevedo e Batista (2008) completa defendendo que os educadores sociais abordam a realidade social perante uma perspetiva humanista. Refere que desenvolvem o trabalho social começando pelo lado positivo das pessoas e da crença total na educabilidade do ser humano, por meio de uma prática profissional sustentada numa relação de proximidade, com prioridade das relações afetivas, havendo uma igualdade entre o técnico e a pessoa. Ainda refere que “a mais-valia/diferença destes profissionais é que são formados para lidar especificamente com as problemáticas inerentes às pessoas e populações em situações de vida complicadas e numa perspetiva não- -assistencialista, orientada para a mudança e transformação positiva” (p. 52).

O Educador Social contribui para uma maior autonomia e aquisição de competências sociais das crianças e jovens institucionalizados, uma vez que, este é visto como um profissional que utiliza ferramentas pedagógicas para intervir nas problemáticas sociais.

2. Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade

2.1 Conceito de crianças e jovens

Em Portugal, a Convenção dos Direitos da Criança, no seu artigo nº1 declara que todo o ser humano é considerado criança até aos 18 anos.

Para Carvalho (2013), criança e jovem são dois termos que têm uma nova abordagem no campo do Direito. O termo “menor” era utilizado na legislação, identificando os indivíduos com idade até aos 18 anos, a idade em que se alcança a maioridade civil em Portugal. Assim que se atinge essa idade, o indivíduo fica capacitado para exercer os direitos e fica também habilitado a reger a sua vida e a dispor os seus bens.

Mas nos termos do art.º 1.º, da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), ratificada pelo Estado português em 1990, passou a adotar-se o conceito de criança “como todo o ser humano menor de 18 anos salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo”. Assim sendo, tendo em conta a sua aplicação no setor do sistema nacional de promoção e proteção, a lei considera que a criança/jovem é “a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos” (art.º 5º, LPCJP). E assim, tem-se vindo a substituir a expressão “Direito de Menores” por “Direito das Crianças e Jovens”.

Carvalho (2013) refere que as crianças são todas diferentes, têm traços comuns, mas identidades diferentes e assim sendo, as crianças devem ter um tratamento diferenciado umas das outras.

2.2 Lei de proteção e promoção das crianças e jovens

Existe uma Lei de proteção e promoção das crianças e jovens, que tem por base o bem-estar das mesmas. É importante que se conheça esta Lei, para também entender todo o meu trabalho. Uma vez, que é através desta Lei, que existem crianças que são acolhidas nas Casas de Acolhimento.

Gonçalves (2020) fala-nos da lei que regula a proteção das crianças e jovens (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto, e pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro), que tem por base:

- o superior interesse da criança e do jovem, satisfazendo as suas necessidades a nível educacional, físico e afetivo; a privacidade da criança, respeitar a sua intimidade;
- o interesse precoce, em que a intervenção deve ser imediata assim que a situação de perigo se aviste;
- as intervenções mínimas, em que só devem atuar as instituições/entidades necessárias à promoção e à proteção;
- proporcionalidade e atualidade, a intervenção apenas necessária e adaptada à situação de perigo em que a criança está utilizando as medidas adequadas;
- responsabilidade parental, em que o objetivo é trabalhar com a criança e a família, de maneira que os pais assumam a sua responsabilidade para a criança continuar na família;
- o primado da continuidade das relações psicológicas profundas, a intervenção tem de respeitar o direito da criança à preservação das relações afetivas estruturantes de grande significado;
- a prevalência da família é trabalhada a fim de a criança conseguir continuar na sua família dando prioridade às medidas que nela as integram seja família biológica, quer seja adoção ou outra forma de integração familiar estável;
- o direito à informação, a criança, os pais ou o representante legal tem direito de serem informados dos seus direitos e motivos que delimitam a intervenção a ser tomada e a maneira como esta se processa;
- a audição obrigatória e participação, aos 12 anos de idade a criança tem poder na sua palavra;
- a subsidiariedade, está interligada com a ordem de intervenção perante a criança, em que escolas, hospitais, creches, infantários, até chegar à CPCJ e por fim aos tribunais.

2.3 Institucionalização, motivos e medidas

Afonso (2014) aborda a institucionalização de crianças e jovens como sendo um conceito tanto psicossocial como jurídico-legal. Desta forma, entende-se como uma alteração

de “ecologia de desenvolvimento” decidida por uma autoridade legal. Segundo a Lei nº147/99, de 1 de setembro, Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, citado em Afonso (2014), a institucionalização baseia-se na interrupção da guarda parental e resultante num acolhimento institucional de crianças e jovens que estejam em situação de perigo. É verificada uma situação de perigo quando acontecem várias situações de risco na mesma criança ou jovem. Ou seja, tendo em conta a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (1999): a medida de acolhimento numa instituição baseia-se na colocação da criança/jovem com supervisão de uma entidade que tenha instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes dê os cuidados apropriados às suas necessidades. Deste modo, que contribuam para a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral (Lei nº 147/99, artº.49).

Neste sentido e de acordo com Afonso (2014), uma instituição de acolhimento de menores tem como objetivos: prevenir, intervir, remediar e cooperar para a melhoria da vida da criança e da sua família. Para Alberto (2003) a institucionalização tem como principal objetivo: a proteção das crianças/jovens das condições desfavoráveis no meio familiar e incentivo pelo desenvolvimento biopsicossocial. A institucionalização de menores, de acordo com Afonso (2014) apenas devia ocorrer em último caso, ou seja, a última medida a ser adotada quando todas as outras já falharam, no entender da proteção infantil.

Segundo Neves (2011), o acolhimento institucional incorpora um conjunto de medidas de promoção e proteção, legislados pela Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (1999). Estas medidas podem ser implementadas pelos Tribunais ou pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco através de um Processo de Promoção e Proteção.

Alves (2007) reforça a ideia de Afonso (2014) referindo que as instituições passam a ser responsáveis da prestação de cuidados de saúde e de alimentação, de forma a promover o desenvolvimento físico, cognitivo, psicológico e afetivo e o equilíbrio emocional das crianças e jovens institucionalizados. Os técnicos da instituição são também responsáveis pelas atividades educativas e escolares, tendo em atenção a idade da criança e do jovem, o seu género, origens sociais, percursos de vida e características pessoais de personalidade.

Durante o processo de institucionalização, segundo Yunes, Miranda e Cuello (2004), citado em Neves (2011), a criança/adolescente institucionalizado, considera a instituição o ambiente que maior impacto tem na sua vida, por este motivo é fundamental que se entenda que estas crianças precisam mais do que um teto e comida para viverem.

Após a institucionalização, há um processo, que para Mota e Matos (2010), este deve incitar nas crianças e nos jovens institucionalizados sentimentos como solidão, perda e

abandono, uma vez que, o acolhimento provoca o confronto com a realidade de negligência e insensibilidade parental.

Para Gonçalves (2020) temos de ter atenção quando falamos de crianças e jovens acolhidos e ter noção de que as suas histórias de vida foram marcadas por muitos acontecimentos menos bons. Ajudar estas crianças e jovens pode não ser uma tarefa fácil, pois elas usam a sua forma de defesa e muitas vezes aparentam não querer ajuda. No entanto, é papel da casa de acolhimento, fazer com que estas crianças melhorem a sua autoestima.

Segundo Pires (2011) durante muitos anos, o acolhimento era dirigido a crianças e jovens que precisavam de proteção familiar e social. Atualmente, vê-se problemáticas sociais e familiares que antes não se via. Assim como: a existência de agregados familiares desestruturados, ligados ao alcoolismo, tráfico, consumo de estupefacientes, violência doméstica, delinquência, crime ou mesmo abuso sexual. Consequentemente, as crianças adotam comportamentos desadequados que levam a uma maior preocupação na sua institucionalização.

De acordo com o Instituto de Segurança Social (2010), a possível explicação para as crianças e jovens terem comportamentos agressivos e antissociais deve-se ao facto de terem sido expostas a situações de maus-tratos psicológicos e físicos. Assim sendo, o Plano de Intervenção Imediata (PII) de 2009 do Instituto de Segurança Social (2010) evidencia um grande número dos problemas de comportamento das crianças e jovens institucionalizados a partir dos 6 anos, sendo mais significativos na faixa etária dos 15 aos 17 anos. São também observadas características particulares nestas crianças e jovens acolhidos, assim como problemas de saúde mental, de debilidade e deficiência mental e deficiência física.

Para ajudar a combater estas fragilidades referidos acima, estas crianças e jovens precisam de muito apoio. Tal como afirma Neves (2011), a relação com os funcionários das instituições é um fator essencial na vida das crianças/jovens institucionalizados, uma vez que, estas relações são (deverão ser?) semelhantes às que eles tinham com os familiares - estas pessoas passam a ser as suas referências no dia-a-dia. É com eles que passarão maior parte do tempo, e, portanto, há de manter uma boa relação com os mesmos. Resumindo, os funcionários da instituição possuem o poder de orientar, acarinhar e proteger a criança/jovem institucionalizado (Mota & Matos, 2008) sendo, assim, a sua “família” durante o seu acolhimento.

Antes de uma criança ser institucionalizada num Lar de Infância e Juventude, devem-se ter em conta alguns critérios importantes para a sua admissão, como o sexo da criança, o tipo de problemática, a inexistência de deficiências graves, o número de vagas da instituição, a permanência de familiares na instituição, a faixa etária e a localização do lar.

Como afirma Pires (2011), o processo de institucionalização começa quando a criança ou jovem é identificada em ambiente de perigo na sua família. Elabora-se de imediato um diagnóstico inicial para se averiguar a gravidade da situação. Se a situação de perigo da criança diminuir após a intervenção de técnicos, esta já não é institucionalizada. No entanto, se a intervenção não funcionar e a criança continuar a correr risco de vida no seio familiar, é encaminhada para a linha de emergência. Se de facto a famílias não tiver condições para ficar com a criança, é de imediato institucionalizada num CAT. Assim, para que a criança seja institucionalizada é necessário haver uma medida de promoção e proteção da criança, por parte da equipa técnica da CPCJ ou do tribunal.

Depois da criança estar no CAT, caso se verifique condições para que a mesma volte para a família, ambas serão acompanhadas. No entanto, se continuar a haver perigo e não seja possível a reintegração na família, a criança é encaminhada para um Lar de Infância e Juventude. É possível que se proceda para a adoção, ou que ajudem o jovem na aquisição de autonomia.

Segundo Pires (2011), o Modelo de Avaliação da Qualidade para o Lar de Infância e Juventude do Instituto de Segurança Social é uma guia para o bom desenvolvimento e práticas organizacionais e profissionais.

Para Vilares (2009) existem seis processos chave para o processo de institucionalização. São eles: admissão/acolhimento; avaliação diagnóstica; plano socioeducativo individual; organização e gestão de atividades- projeto educativo; cuidados especiais e nutrição e alimentação:

1) Admissão e acolhimento da criança e do jovem na instituição

Vilares (2009) explica que na admissão da criança e jovem na instituição é iniciado um processo individual, onde consta a lista de contactos de todas as pessoas significativas, de profissionais e de instituições envolvidas no processo de institucionalização da criança/jovem, acompanhado do seu Plano Sócio Educativo Individual e o seu Plano Cooperado de Intervenção. Assim que a criança chega à instituição, há uma programação de acolhimento e é-lhe atribuído um gestor de caso. É-lhe dado a conhecer as instalações da instituição, assim como as suas regras, o pessoal técnico e educativo, os seus pares e o espaço individual do mesmo.

2) Avaliação Diagnóstica

Imediatamente ao momento do acolhimento da criança/jovem, a equipa técnica deve fazer um levantamento e avaliação relativamente à situação da criança/jovem, isto é, verificar o seu estado de saúde, o seu desenvolvimento, o contexto familiar onde estava e a situação escolar da mesma.

3) Plano Socio- educativo individual (PSEI)

De acordo com Vilares (2009) é feito o PSEI assim que a criança/jovem é acolhida. O PSEI é feito com base na avaliação diagnóstica das necessidades e das expectativas da criança/jovem, num período máximo de 30 dias e deverá ter presente os dados de identificação da criança/jovem e os cuidados de saúde a ter em conta. Neste plano é importante identificar as estratégias, os recursos e as atividades, assim como, os seus riscos, prazos, implementação, critérios de avaliação e periodicidade da avaliação e revisão do PSEI.

4) Organização e gestão das atividades- Projeto Educativo

Deve ser elaborado um plano de atividades ou projeto educativo direcionado a cada criança/jovem ou grupo de crianças/jovens, levando em conta a avaliação das necessidades e expectativas das crianças/jovens, o plano de atividades, os planos socioeducativos individuais, os meios atuais na comunidade e disponibilizados pelos parceiros. Este projeto deverá envolver os resultados das avaliações das atividades executadas em períodos anteriores.

5) Cuidados especiais

Para Vilares (2009), neste processo, são delimitadas as regras para os cuidados de saúde e de higiene, assim como a alimentação e os momentos de descanso das crianças/jovens acolhidos.

6) Nutrição e alimentação

Segundo Vilares (2009) é necessário estabelecer-se regras para a realização de ementas, preparação, confeção e distribuição das refeições, tendo em conta as necessidades da criança/jovem, mantendo sempre uma alimentação saudável e equilibrada.

Durante a institucionalização, é possível que os jovens sejam encaminhados para apartamentos de autonomia. Segundo Neves (2011), o apartamento de Autonomização é uma resposta social localizada na comunidade local, com o intuito de cooperar na transição para a vida adulta de jovens, através da dinamização de serviços. De acordo com Oliveira (2019), os

apartamentos de Autonomização, são fundados para jovens responsáveis capazes de mobilizar recursos de modo a capacitá-los progressivamente para a autonomia de vida.

2.3.1 Tipos de institucionalização- centro de acolhimento temporário/ lar de infância e juventude

Pires (2011) explica-nos que o Centro de Acolhimento Temporário (CAT) é um tipo de resposta social para situações urgentes e temporárias, que tenham uma duração não superior a 6 meses. Normalmente estas respostas sociais são dirigidas a ambos os sexos e a crianças e jovens dos 0-18 anos.

Segundo Fernandes e Silva (1996) esta resposta social tem objetivos principais: proporcionar alojamento temporário; certificar a satisfação das suas necessidades básicas, mas ao mesmo tempo fornecer apoio socioeducativo tendo em conta a sua idade e as suas características; garantir a intervenção perante a família; elaborar o diagnóstico individual de cada criança e jovem e definir projetos de vida adaptados, com o intuito de encaminhar para a inserção no seio familiar e social ou outro caminho mais apropriado.

Por outro lado, Fernandes e Silva (1996a) falam-nos de outra resposta social, o Lar de Infância e Juventude. Esta é igualmente dirigida a crianças dos 0-18 anos e de ambos os sexos, mas tende a ter uma duração superior a 6 meses. O Lar de Infância e Juventude pretende assegurar o alojamento e fornecer as necessidades básicas mais idênticas possíveis a uma estrutura familiar. É objetivo desta resposta social contribuir para o desenvolvimento e valorização pessoal, profissional e social com ajuda da comunidade, escola e família.

Fernandes e Silva (1996a) afirmam ainda que o Lar de Infância e Juventude, juntamente com outras entidades têm de ter como meta, a reintegração da criança/jovem à sua família em pouco tempo, mas se não for possível essa reintegração tem-se em vista o acolhimento familiar ou preparação para a autonomização do jovem para quando sair da institucionalização.

Normalmente, os lares são selecionados perto da residência dos familiares e comunidade de origem, de forma a não se quebrar os laços, a natureza e aspirações da criança.

Em síntese como Pires (2011) afirma, o acolhimento pode ter durações distintas, pode ser um acolhimento pode ter uma duração inferior a 6 meses, neste caso de curta duração e caso seja mais tempo, aí é designado um acolhimento de longa duração.

Segundo o artigo 49º da Lei nº 147/99, de 1 de setembro o acolhimento em instituições pretende que a criança ou jovem seja inserida na entidade que lhe garanta os cuidados

adequados às suas necessidades e lhe permita ter condições para a sua educação, bem-estar e desenvolvimento.

2.3.2 Unidade De Emergência

De acordo com Alves (2007), a Unidade de emergência é uma resposta social que está associada ao acolhimento de emergência. Este acolhimento pode ter a duração até 48 horas para uma criança ou jovem dos 0-18 anos, que devido a uma situação grave não pode continuar no seu agregado familiar. Visa um acolhimento com todas as necessidades básicas para a criança/jovem. Após o tempo determinado, é decidido se o indivíduo volta para a família, ou se é encaminhado para um acolhimento institucional.

Normalmente, as próprias Casa de Acolhimento e Lares de Infância têm reservados “x” camas para este tipo de situações. No entanto, o acolhimento pode ser sinalizado e agendado e assim deixa de ser um acolhimento de emergência. Isto quando, há troca de informação entre a entidade que aplicou a medida e a entidade que responsável pela gestão de vagas e ainda pela instituição que vai acolher o indivíduo.

3. Autonomia e competências sociais

De acordo com Oliveira e Siqueira (2004), autonomia é uma palavra que advém do grego “auto” (próprio) e “nomos” (lei, norma). Exprime a ideia de autogoverno, autodeterminação da pessoa para assumir decisões sobre a sua própria vida, em questões psicofísicas e sociais. Assim, entende-se por autonomia a capacidade de o indivíduo decidir acerca do seu destino.

Neste sentido, autónoma é uma pessoa com competência para decidir livremente acerca de questões relativas à sua vida. Spear e Kulbok (2004) defendem que a autonomia está ligada à adolescência. A autonomia é definida como uma tarefa de desenvolvimento que deve ter o seu princípio, e depois ser alcançada durante esse período, a adolescência. Os autores acreditam que a autonomia é um termo que altera de acordo com o seu significado e aplicação, e assim pode alterar-se de acordo com o contexto e a situação. No entanto, de uma forma geral, a autonomia é vista como uma condição de independência e capacidade de se autogovernar.

Spear e Kulbok (2004) referem que o desenvolvimento da autonomia é um procedimento abstrato e que depende de muitas variáveis. Essas variáveis podem ser: a autoestima, percepção do ambiente, relações com a autoridade, desejo de independência, vontade de fazer escolhas e *locus* de controle, a estrutura familiar, comunicação familiar, presença ou ausência de controle ou autoridade, ambiente psicossocial e emocional no contexto familiar ou institucional. A aquisição da autonomia contribui para um sentimento de satisfação com a vida, liberdade, aumento da produtividade, autoconceito positivo e expugnação de decisão competente (Spear & Kulbok, 2004).

Na perspectiva de Fleming (2004) citado em Pires (2011), a autonomia, a individualidade e a construção da identidade são pontos essenciais para o desenvolvimento humano. Isto é, enquanto o indivíduo desenvolve a sua identidade, vai também desenvolvendo a sua autonomia. No entanto, Reichert e Wagner (2007) destacam que a independência e a autonomia não podem ser vistas como sinónimos. A autonomia não significa apenas ter comportamentos independentes e a independência diz respeito à aptidão dos jovens em tomarem uma decisão sozinhos.

Segundo Pires (2011), a promoção da autonomia em jovens institucionalizados deve ter por base a própria condição das crianças e jovens. Deve-se entender o seu passado e tentar atuar para resolver as causas do desequilíbrio nas suas vidas. Segundo Rolão (2003) citado em Afonso, S. L., & Dixe, M. D. A. O. (2011), a competência surge quando a pessoa consegue mobilizar de forma correta vários conhecimentos prévios, seleccioná-los e integrá-los de maneira adequada à situação ocorrente.

Para Dias (2010), as competências adquirem-se de forma informal, por meio da observação e imitação de comportamentos. É natural a imitação dos outros desde criança, sem indicação, torna-se uma situação natural. Mas, quando os modelos disponíveis não possuem as competências adaptadas à sociedade ou até mesmo quando os modelos socialmente adequados não estão disponíveis para o indivíduo, o mesmo poderá beneficiar com a aprendizagem organizada de competências.

As competências sociais, são, como diz Afonso (2011), importantes para o bem-estar das crianças e jovens. Os programas que têm como objetivo a promoção destas competências são importantes e imprescindíveis para que as crianças e jovens construam competências que lhes ajudem futuramente a evitar comportamentos disfuncionais e a precaver algumas patologias. Afonso (2011) reforça que as competências se traduzem na forma de adquirir saberes, de forma que o indivíduo saiba agir e reagir de maneira adequada às várias situações e contextos.

Um estudo de Sloutsky (1997) que explica que o desenvolvimento cognitivo das crianças pode diminuir após o acolhimento institucional, e afeta negativamente as aquisições cognitivas e o processo de desenvolvimento nas crianças e jovens. Por esta razão, as competências sociais devem ser precocemente promovidas.

Para Ribeiro (2008) a educação das crianças/jovens institucionalizados não deve ser baseada apenas nas aprendizagens dos aspetos pessoais, como a higiene, alimentação, aprendizagem escolar e de uma profissão, mas deve também ter em conta outros fatores da área relacional, como necessidades a nível afetivo e social e de aquisição de competências básicas de socialização. Se durante um longo período de institucionalização não se der importância a estes aspetos, haverá um défice nas competências cognitivas e socio afetivas, e também falta de experiência e competência para a aquisição de autonomia. Para Ribeiro (2008), há uma necessidade constante de desenvolver competências sociais e pessoais nas crianças e jovens institucionalizados, para que melhorem a construção da autonomia. Esta será fundamental, no entanto, estas crianças e jovens precisam de auxílio para que haja um bom processo de aprendizagem e de autonomização.

III- Enquadramento Metodológico

Neste capítulo, é descrito e justificado o processo metodológico, mais precisamente: o tipo de investigação (Qualitativa), o método (Investigação-Ação), o processo de investigação e ainda a técnica de recolha de dados (Observação) e a sua forma de registo (Diário de Campo).

1. Investigação Qualitativa

Segundo Bodgan e Biklen (1994), a Investigação Qualitativa possui cinco características principais:

1) “Na Investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal” (p.47). O investigador é dispensador de grande tempo para os terrenos oportunos. Apesar de ainda haver muitos investigadores que utilizam vários meios de recolha de informação, ainda existe quem apenas use um bloco e um lápis. Este último exemplo foi o meu caso, em que usei maioritariamente um bloco de notas. No entanto, seja qual for o método utilizado, é sempre apontada, de forma imediata, a informação e é complementado pelo contacto direto.

Os investigadores qualitativos participam nos terrenos de estudo, porque há uma grande preocupação com o contexto, e defendem que as ações podem ser melhor entendidas quando são vistas no seu ambiente normal de ocorrência.

2) “A investigação qualitativa é descritiva.” Isto significa que os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagens e geralmente não contém números nem frequências. Assim como, os resultados escritos da investigação têm por base os dados recolhidos. Estes dados são obtidos através de: transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias, vídeos, documentos pessoais, memorandos e outros registos oficiais. Os relatórios e artigos qualitativos tendem a ser muito descritivos e minuciosos.

3) “Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos.” De acordo com Bodgan e Biklen (1994), os investigadores qualitativos importam-se mais sobre o que aconteceu para que aquele acontecimento tenha ocorrido, do que propriamente com o acontecimento em si.

4) “Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva”. Isto quer dizer, que estes investigadores não tendem a confirmar ou infirmar hipóteses através dos dados ou provas que obtêm. É uma teoria de “baixo para cima”, tendo em conta várias peças individuais de informação recolhida que são todas inter-relacionadas. O investigador qualitativo só começa a perceber o caminho da sua investigação após a recolha de dados. Como Bodgan e Biklen (1994) afirmam “Não se trata de montar um quebra-cabeças cuja forma final conhecemos de antemão. Está-se a construir um quadro que vai ganhando forma à medida que se recolhem e examinam partes. O processo de análise dos dados é como um funil: as coisas estão abertas de início (ou no topo) e vão-se tornando mais fechadas e específicas no extremo” (p.50). Nisto, o investigador qualitativo apenas utiliza as partes mais relevantes que considera para o seu estudo.

5) “O significado é de importância vital na abordagem qualitativa”. Os investigadores qualitativos estão interessados na forma de como diferentes pessoas têm perspetivas diferentes.

2. Método: Investigação-Ação

Esta investigação teve como principal objetivo que as crianças e jovens adquirissem competências sociais e autonomia para a vida. Desta forma, foi necessário compreender a forma como a instituição promovia essa mesma aquisição. Neste sentido, e para melhor compreensão foi usada como método, a Investigação-Ação, que passa a ser definida adiante.

A Investigação-Ação teve origem nos anos 20 e 30 após a Segunda Guerra Mundial. Surgiu após inspiração de J. Dewey e pelo movimento da escola moderna surgido no campo da educação (Guerra, 2000). No entanto, foi no final da segunda Guerra Mundial, que Lewin conduziu a investigação com o nome de “investigação-ação”. Por esse mesmo motivo, as origens deste método encontram-se em Kurt Lewin e nas suas investigações e experiências pioneiras. Na década de 40, Kurt Lewin, psicólogo alemão radicado no Estados Unidos sugere um tipo de abordagem sustentada em ciclos de ação (análise do problema, reflexão e conceptualização, planeamento, ação, avaliação e assim sucessivamente). A investigação devia

O segundo ciclo só acontece caso haja necessidade, por o primeiro ciclo não ter sido suficiente para resolver o problema identificado.

No terceiro ciclo, é necessário voltar a planificar, agir e refletir a fim da melhoria social seja alcançada (Kuhne & Quigley, 1997).

Como afirma Coutinho et al. (2009) a investigação-ação pode ser descrita como uma família de metodologias de investigação que incluem ação (ou mudança) e investigação (ou compreensão) ao mesmo tempo, utilizando um processo cíclico ou em espiral, que alterna entre ação e reflexão crítica.

A Investigação-Ação é um estudo de uma situação social que tem por objetivo melhorar a qualidade da ação dentro da mesma. (Coutinho 2011).

Coutinho et al., (2009) referem que a IA é uma metodologia que se administra pela necessidade de resolver problemas reais e que tem, portanto, algumas características fundamentais. Segundo Coutinho et al., (2009), a Investigação-Ação tem como objetivos: compreender, melhorar e reformular práticas; intervir no funcionamento de entidades e expor uma análise detalhada dos efeitos dessa intervenção. A IA quer aprimorar as práticas, produzir novos conhecimentos e uma mudança educativa/social.

Segundo Bisquerra (1989) este método tem como objetivo principal “produzir mudanças na realidade estudada, mais do que chegar a conclusões de natureza teórica” (p. 63), e assim está mais preocupado com a melhoria do que com o aumento do conhecimento.

Bogdan e Biklen (1994) dizem-nos que a investigação-ação consiste na “recolha de informações sistemáticas com o objetivo de promover mudanças sociais” (p.292). Quem utiliza esta investigação, tem por objetivo reunir dados ou provas para denunciar situações de injustiça ou perigo e assim apresentar recomendações a uma mudança. A investigação-ação é um tipo de investigação aplicada em que o investigador se envolve ativamente na causa da investigação.

De forma a obter as respostas que pretendo ao longo do meu projeto, serão utilizadas várias técnicas de investigação científica. Assim sendo, como técnicas de investigação vão ser usadas: observação direta, conversas informais e diário de campo.

Neste sentido, esta investigação representa um primeiro ciclo de IA, uma vez que durante os 9 meses foram implementadas medidas para que as crianças e jovens da CA|CAIC “A Gaivota” alcançassem maior autonomia e adquirissem competências sociais. Neste sentido, foram planificadas recomendações para a instituição a fim de melhorar as estratégias para combater as problemáticas da Casa de Acolhimento.

3. Técnicas de recolha de dados

3.1 Observação

A observação é uma técnica de investigação social que capta os comportamentos quando eles se produzem e em si mesmos, sem mediação de um documento ou testemunho (Vilelas, 2020).

O observador deve concentrar-se apenas no essencial, deve ser versátil e conseguir observar e tirar notas, precisa de ser discreto e também de ter respeito e ética no seu trabalho.

De acordo com Aires (2015), a observação baseia-se na recolha de informação, de modo sistemático, através do contacto direto com situações particulares. Esta técnica apareceu desde o momento que as pessoas perceberam a necessidade que havia de estudar o mundo social e natural, e assim, integra uma técnica básica de pesquisa. A observação tem como característica básica e fundamental, o seu não-intervencionismo. A observação qualitativa é essencialmente naturalista, realiza-se no contexto da ocorrência, entre os intervenientes e segue o procedimento normal da vida quotidiana. A observação pode ser vista por várias etapas, como diz Colás (1992), são elas: a seleção de cenários, a recolha de informação e tratamento de protocolos recolhidos. Assim, a interação de todas estas etapas faz com que seja possível criar hipóteses e relações que levem à constituição de uma teoria.

A observação quanto à estrutura pode ser estruturada ou não estruturada. Na Observação Estruturada (Vilelas, 2020):

- O observador deve conhecer o contexto.
- Guião/plano de observação (aberto ou fechado) com os tópicos lugares, pessoas, ações.
- Registos simples e rápidos.
- Reduzida influência do observador.
- Sistemática (tratamento semelhante em todas as observações).
- Permite tratamento estatístico.

Na Observação Não Estruturada (Vilelas, 2020),

- Também denominada de assistemática, simples, espontânea, informal ou não planificada.
- Observação participante.

- Não indicada para testar hipóteses.
- Caracter exploratório.
- Retiram-se notas, em especial, depois de concluída a observação.
- Contem reflexões do observador.
- Abertura total aos fenómenos do contexto.
- Efeito do observador (influência).
- Questões éticas (se não informa os observados).

A Observação também pode ser participante ou não participante, de acordo com Vilelas (2020). Sendo que a não participante é útil para conhecer factos (ex. hábitos de compras; formas de comportamento político; hábitos de vestir, etc.); o sujeito não sabe que está a ser observado; o observador não interage com a situação observada; utiliza instrumentos de registo; pode partir de hipóteses; pode ser uma técnica usada em contexto de investigação quantitativa. Por outro lado, a observação participante é quando: o investigador integra-se no grupo ou na comunidade; são realizadas rotinas do grupo ou comunidade; confunde-se com os observados; está envolvido na conduta dos elementos observados; o investigador é o instrumento principal de observação; recolhe dados sobre ações, opiniões ou perspectiva.

Nesta investigação, a observação é participante, uma vez que é realizada no meio onde as crianças e jovens estão acolhidos, o que me permite, enquanto investigadora, uma maior aproximação assim como um melhor conhecimento do meio onde eles estão inseridos.

3.3 Conversas Informais

As conversas informais, são como o nome indica conversas com carácter informal, sem nada pré-estabelecido, apenas uma forma de ganhar confiança e aproximação com a criança ou jovem da instituição. Ou seja, como dizem Silva e Pinto (1986), as conversas sendo uma técnica de recolha de informação numa investigação, resultam de um diálogo não intencional entre o investigador e os indivíduos que fazem parte da investigação. Estes autores, consideram esta técnica de recolha de informação, uma das mais essenciais na pesquisa de terreno.

As conversas informais foram a técnica de recolha de informação colocada mais vezes e primeiramente. Logo na fase de diagnóstico, em que auxiliei no apoio ao estudo das crianças e jovens da instituição, recorri a estas conversas informais para conseguir estabelecer uma relação informal com as crianças e jovens. Durante toda a investigação e estágio, as conversas informais foram sempre utilizadas oportunamente.

3.4 Diário De Campo

As notas de campo, como Bodgan e Biklen (1994) afirmam, são importantes para a observação participante, no entanto, muitos esquecem que também é um suplemento para outros métodos de recolha de dados. Bodgan e Biklen (1994) dão o exemplo das entrevistas gravadas, o gravador não capta os cheiros nem as impressões e por esse motivo, o investigador pode anotar para mais tarde complementar o discurso do entrevistado.

De acordo com Bogdan e Biklen (1994) as notas de campo são “o relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiência e pensa no decurso da recolha e refletindo sobre os dados de um estudo qualitativo” (p. 150). Esta técnica de recolha de dados pode ainda, ajudar “o investigador a acompanhar o desenvolvimento do seu projeto, bem como a visualizar como é que o plano de investigação foi afetado pelos dados recolhidos” (p. 151).

As respetivas notas de campo do presente projeto foram registadas a lápis num bloco de notas, e posteriormente passadas a limpo num programa de processamento de texto, pois segundo Bogdan e Biklen (1991), é a forma mais fácil de registar dados.

O registo das notas não pode ocorrer após muito tempo de as observações terem sido feitas. Normalmente eu escrevia logo no campo (CAIC- A Gaivota), ou em casa mais sossegada, mas no mesmo dia das observações realizadas.

Bodgan e Biklen (1994) defendem que uma das vantagens desta recolha de dados, é o facto de que o investigador, ao escrever as notas de campo, acaba por reviver os momentos e a reavivar a memória. Como os autores dizem “O computador preserva os dados, mas a mente do investigador armazena o processo de pensamento utilizado para relembrar os dados” (p.172).

No meu trabalho, as notas de campo pretendiam capturar as situações mais oportunas ao meu tema. Neste caso, em relação à autonomia e competências sociais das crianças e jovens institucionalizados.

Resumindo, o diário de campo é usado pelo investigador com o fim de registar dados recolhidos, neste caso através da observação, das conversas informais e das atividades desenvolvidas, para uma futura interpretação dos dados. Esta técnica permite ao investigador que este sistematize as experiências vivenciadas no campo de trabalho. O diário de campo tem todas as anotações do investigador, incluindo futuras propostas, interesses, anseios, dificuldades ou obstáculos sentidos e deste modo também a opinião crítica do mesmo. (Kroeff, Gavillon & Ramm, 2020).

IV- Enquadramento Institucional

Este capítulo começa por caracterizar a entidade acolhedora do estágio, na qual decorreu o meu estágio. Considero que seja importante conhecer o local onde foi elaborado o meu estágio e feita a minha investigação, para uma melhor compreensão e perceção do meu trabalho assim como os resultados do mesmo.

1. Caracterização da instituição

A Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) é uma instituição humanitária não-governamental, sem fins lucrativos e que desenvolve a sua atividade devidamente apoiada pelo Estado, no respeito pelo Direito Internacional Humanitário, pelos Estatutos do Movimento Internacional e pela Constituição da Federação da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

É missão da CVP prestar assistência humanitária e social, em especial aos mais vulneráveis, prevenindo e reparando o sofrimento e contribuindo para a defesa da vida, da saúde e da dignidade humana. Rege-se por alguns princípios, tais como: a Humanidade; a Imparcialidade; a Neutralidade; a Independência; o Voluntariado; a Unidade e a Universalidade. Os sete princípios fundamentais garantem a coesão do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, e o seu trabalho humanitário (CVP, 2023).

Humanidade: A Cruz Vermelha nasce da preocupação de prestar auxílio a todos os feridos, dentro e fora dos campos de batalha; de prevenir e aliviar o sofrimento humano, em todas as circunstâncias; de proteger a vida e a saúde; de promover o respeito pela pessoa humana; de favorecer a compreensão, a cooperação e a paz duradoura entre os povos.

Imparcialidade: A Cruz Vermelha não distingue nacionalidades, raças, condições sociais, credos religiosos ou políticos, empenhando-se exclusivamente em socorrer todos os indivíduos na medida dos seus sofrimentos e da urgência das suas necessidades, sem qualquer espécie de discriminação.

Neutralidade: A Cruz Vermelha, a fim de conservar a confiança de todos, abstém-se de tomar parte em hostilidades ou em controvérsias de ordem política, racial, filosófica ou religiosa.

Independência: A Cruz Vermelha é independente e, no exercício das suas atividades como auxiliar dos poderes políticos, conserva autonomia que lhe permite agir sempre segundo os princípios do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

Voluntariado: A Cruz Vermelha é uma instituição de socorro voluntária e desinteressada.

Unidade: A Cruz Vermelha é uma só. Em cada país só pode existir uma Sociedade, que está aberta a todos e estende a sua ação humanitária a todo o território nacional.

Universalidade: A Cruz Vermelha é uma instituição universal, no seio da qual todas as Sociedades Nacionais têm direitos iguais e o dever de entreajuda. (Cruz Vermelha Portuguesa, Regulamento Interno, 2023)

2. Centro Humanitário de Tavira da Cruz Vermelha Portuguesa

O Núcleo de Tavira da Cruz Vermelha Portuguesa, atualmente com a designação de Centro Humanitário, surgiu a 13 de novembro de 1981 como Organização Não Governamental (ONG), regido pelas normas da CVP.

Durante estes anos, a sua intervenção tem vindo a aumentar, a fim de abranger todas as faixas etárias assim como, várias problemáticas a nível social e da saúde.

O Centro Humanitário de Tavira da Cruz Vermelha Portuguesa começou a sua atividade com a Unidade de Socorro e, agora é a maior estrutura local a nível nacional.

Além do CAIC “A Gaivota”, local onde realizei o mesmo estágio, o CHT conta com mais dois equipamentos educativos (Centro Infantil “A Semente” e o Centro Infantil “A Gaivota”; com a Unidade de Emergência; Serviço de Apoio Domiciliário; Gabinete de Ação Social; Refeitório Social, Loja Social; Clínica de Medicina Física e de Reabilitação; Unidade de Média Duração e Reabilitação; e Unidade de Longa Duração e Manutenção (CVP, 2023).

3. Casa de Acolhimento| Centro de Apoio Integrado a Crianças “A Gaivota”

O Projeto Educativo CA|CAIC a “Gaivota” (2023) explica que a resposta social da Casa de Acolhimento| Centro de Apoio Integrado a Crianças “A Gaivota” pertence ao Centro Humanitário de Tavira da Cruz Vermelha Portuguesa (CHT-CVP). Esta resposta social está em funcionamento desde o dia 01 de novembro de 2008, e tem como missão o acolhimento urgente e temporário de crianças em perigo, de ambos os sexos, que necessitem de proteção e de uma intervenção adequada.

O Acolhimento Residencial (AR) advém da preocupação e intervenção do Estado Português relativamente à proteção e à efetivação dos Direitos da Criança. O AR é enquadrado pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Decreto-Lei nº 164/2019, de 25 de outubro) e é precedido por uma decisão dos organismos competentes- Tribunais de Família e Menores e/ou Comissões de Proteção de Crianças e Jovens – que aplicam uma Medida de Promoção dos Direitos e de Proteção das Crianças e Jovens- neste caso em específico, o AR-, com o objetivo de as (os) retirar da situação de perigo em que se encontrem (Projeto Educativo CA|CAIC a “Gaivota” 2023).

4. Critérios de Admissão

O Regulamento Interno da CA| CAIC – a “Gaivota” (2023), explica que os acolhimentos são realizados maioritariamente por negligências de cuidados e /ou afetiva, maus-tratos físicos e psicológicos, abandono, abuso sexual, exposição a modelos de comportamentos desviantes que comprometem a sua segurança e/ou o seu equilíbrio emocional, e comportamentos ou consumos que afetem a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento.

A CA| CAIC “A Gaivota” possui capacidade para integrar, em situação de permanência, 20 crianças/jovens. Sendo que dessas 20 vagas, 2 são para caso de emergência, em que os períodos máximos são de 72 horas.

No entanto, existem critérios específicos para a admissão de uma criança/jovem na CA|CAIC “A Gaivota”:

- É condição para admissão: a) Necessidade de substituição urgente e transitória da criança/jovem no meio que se encontra, em que não haja um diagnóstico objetivo ou planificação da intervenção mais adequada. b) A rejeição ou conflito com o meio familiar ou social de que decorre risco de marginalização.
- Em caso de acolhimento de crianças, deve-se impedir a sua separação

- Os pedidos de admissão só podem ser por entidades competentes e após o envio de informação sobre toda a situação, a fim de poder ser feita uma avaliação da situação
- Os pedidos que não forem oficiais, serão encaminhados para as entidades competentes
- A análise do pedido de admissão é feita pela equipa técnica e tem em conta alguns fatores, como: a existência ou falta de vaga, a idade, o sexo, o quadro clínico, situação da CA e comparação com a lista de espera, caso exista.
- A decisão da admissão passa sempre pela direção técnica.
- Mesmo que não haja acolhimento, é necessário que se registre o pedido do mesmo formalmente (Regulamento Interno CA|CAIC- a “Gaivota, 2023).

5. Os principais objetivos da Intervenção da CA|CAIC “A Gaivota”:

A Intervenção da CA|CAIC -a “Gaivota” tem por base, os seguintes objetivos (Regulamento Interno CA|CAIC – a “Gaivota”, 2023):

- Garantir a adequada satisfação de necessidades físicas, psíquicas, espirituais, emocionais e sociais das crianças e dos jovens acolhidos e o efetivo exercício dos seus direitos;
- Assegurar a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral;
- Favorecer a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promover a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral;
- Avaliar as necessidades e desenvolver as potencialidades de cada criança e jovem, com base na sua história de vida e na sua situação familiar através de estratégias educativas e pedagógicas adequadas;
- Proporcionar um ambiente familiar através de uma vida personalizada, com vinculações securizantes e oferta de experiências diversificadas, ricas e adequadas às suas necessidades e potencialidades
- Conhecer as condições da família nuclear e alargada e colaborar com as entidades competentes para a melhoria das condições que favoreçam a reunificação familiar;

- Colaborar no projeto de promoção e proteção mais adequado a cada criança/jovem, tendo por base as medidas de promoção e proteção proferidas, o parecer das crianças/jovens, o parecer das entidades parcerias que acompanham a execução das medidas e a participação ativa dos pais, sempre que não existam impedimento legais;
- Promover a participação ativa das crianças/jovens acolhidas no contexto geral em que estão inseridos e nas decisões que lhes digam respeito;
- Preparar as crianças/jovens para a sua progressiva autonomia e/ ou integração familiar e social.

6. Recursos Humanos

A CA|CAIC “A Gaivota”, de acordo com a CVP (2023), para o bom funcionamento da sua intervenção tem uma equipa multidisciplinar especializada. Esta equipa apoia todos os dias as crianças e jovens acolhidos a nível da saúde, formação pessoal e educativa:

- 1 Diretor(a) Técnico(a);
- 1 Assistente Social
- 1 Psicólogo (a) Clínica (a)
- 1 Educador(a) Social
- 1 Terapeuta da Fala
- 1 Nutricionista
- 1 Enfermeiro (a)
- 1 Encarregado (a) de Serviços Gerais/Administro (a)
- 8 Auxiliares de Ação Educativa
- 2 Auxiliares de Limpeza

7. Funções do Educador Social no CAIC- A Gaivota

O educador social no CAIC- A Gaivota tem algumas funções específicas como:

- 1) Ser o encarregado de educação de todas as crianças e jovens da casa de acolhimento, tratando de todos os assuntos relacionados com a escola. Faz as matrículas,

encomenda o material escolar, vai a reuniões e festas escolares, acompanha-os no processo escolar embora tenha auxílio de um professor normalmente disponibilizado pelo agrupamento para acompanhamento dos estudos das crianças e jovens.

2) Inscrever os alunos em atividades de prática desportiva. Na casa de acolhimento, todos os anos são selecionados 2/3 desportos e cada criança/jovem pode escolher um para praticar. Cabe ao educador social tratar das decisões da escola e das inscrições para os desportos.

3) Tratar das comemorações. Todas as festas comemorativas são de responsabilidade e criação do educador social, alguns exemplos dessas festas são: o Dia da Criança, o Halloween, a festa de Natal...

4) A decoração da casa é “decorada” pelo educador social.

5) A elaboração do plano de atividades é uma das tarefas principais que recai no educador social: implica planear todas as atividades, assim como os recursos necessários para a concretização das mesmas.

8. Recursos Físicos

De acordo com o Regulamento Interno da CA|CAIC a Gaivota (2023), esta dispõe de:

- 1 refeitório, com espaço externo para consumo de refeições;
- 1 sala de estar
- 1 sala de jogos
- 1 sala de higienização
- 1 copa
- 1 quarto de isolamento
- 7 quartos individuais e 2 quartos duplos
- 1 berçário
- 1 sala de brincar para bebés
- 2 salas de visitas
- 4 gabinetes técnicos
- 1 sala de reuniões
- 1 parque exterior

9. Modelo Pedagógico da CA|CAIC “A Gaivota”

O Projeto Educativo da CA|CAIC – a “Gaivota” (2023) identifica o Modelo Pedagógico, e explica que o mesmo rege-se num modelo de intervenção ecológico, em que a criança e/ou jovem é o centro de toda e qualquer ação educativa, tendo em conta a sua individualidade, direitos e necessidades, a fim de promover um desenvolvimento integral, equilibrado e harmonioso, fomentando a sua inserção na comunidade.

A intervenção tem por base o real interesse da criança/jovem, como sujeito de direitos, na valorização das suas redes pessoais e pertença e interação social (família, escola, sociedade e comunidade) e no princípio da igualdade de oportunidades.

A intervenção desenvolvida tende de proporcionar um ambiente e relações reparadoras e de promoção da autonomia colocando as necessidades individuais e o superior interesse das crianças e jovens em primeiro lugar, para que possam crescer com a confiança precisa que encaminhe para uma participação cívica e a uma inclusão na sociedade.

Surge então a necessidade de falar da influência da escola, família e grupo de pares.

De acordo com Menezes (2016), o conceito da infância está interligado com os conceitos de família, grupo de pares e escola. O autor defende que na família temos de considerar por base a socialização primária, em que está incluída a garantia da satisfação das necessidades básicas, sentimento de pertença ao seio familiar, aprendizagem de ligações horizontais, garantia de proteção física, psicológica, social e sexual frente a várias situações. O grupo de pares destaca-se pelo apoio na experimentação de vários papéis e no encontro de autonomia em relação ao contexto familiar, assim como a aprendizagem de novas regras da sociedade. Assim, na escola, a criança começa a desempenhar novos papéis e novas normas, o que é como um “teste” às capacidades adquiridas anteriormente.

Segundo o Relatório CASA- Instituto de Segurança Social (2016) a família traz maioritariamente vínculos afetivos de qualidade necessários para o desenvolvimento e bem-estar das crianças. No entanto, existem alguns fatores multifatoriais e complexos que podem surgir e assim colocar em risco os direitos fundamentais dos menores, e pondo-os em situações de vulnerabilidade, provocando possíveis riscos que podem ser considerados perigosos para a segurança, bem-estar, formação, saúde, desenvolvimento e educação da criança/menor (p.11).

De acordo com Menezes (2016) hoje em dia, as famílias apresentam-nos alguns problemas/desafios: cada vez mais as famílias são compostas por menos membros o que faz com que haja maior diversificação na estrutura; as famílias têm vindo a migrar mais; a autonomia das crianças tem diminuído nas zonas urbanas derivado aos grandes perigos

existentes; as famílias têm menos tempo para as crianças; houve aumento da pobreza e exclusão social; a má alimentação; houve um aumento do desemprego, exploração infantil, toxicodependência e alcoolismo; há pouca oferta de equipamentos de apoio à maternidade e à infância; a privação de diálogo e castigos físicos; o autoritarismo; e uma crescente rutura familiar.

Segundo Menezes (2016), as medidas sociais relacionadas à infância estão relacionadas com a igualdade de oportunidades, cidadania, participação, responsabilidade, integração e multidimensionalidade e intervenção local.

10. Diagnóstico das necessidades

A autonomia da criança ou jovem é vista como um processo e uma conquista que começa na infância e que se desenrola ao longo da sua vida. Apesar de muitos jovens quando saem das Casas de Acolhimento tenham vidas gratificantes, muitos ainda lutam durante muitos anos para o conseguir.

De acordo com os dados do Centre for Excellence for Looked After Children na Universidade de Strathclyde (2017) existe um pequeno número de jovens que permanecem no sistema de proteção depois da maioridade. Assim sendo, isto leva a uma maior vulnerabilidade e marginalização no sistema educativo, no mercado de trabalho e noutros contextos da sociedade, uma vez que têm uma transição rápida para a vida adulta.

Torna-se assim necessário que haja uma intervenção precoce em relação à autonomia. Desta forma pode-se começar com as simples tarefas do dia-a-dia.

O CA|CAIC a “Gaivota, tem em conta diariamente a promoção da autonomia, ajudando-os na autonomia para as tarefas diárias, assim como a gestão do dinheiro e a participação na vida da comunidade em que estão inseridos, a fim de promoverem aprendizagens importantes para a sua formação pessoal e social (O Projeto Educativo da CA|CAIC – a “Gaivota”, 2023).

11. Procedimentos Internos

Os procedimentos internos da instituição passam pela: admissão da criança/jovem; o processo individual; o inventário de pertences; a permanência; e o encaminhamento (Regulamento Interno CA|CAIC, 2023).

A admissão da criança/jovem, as entidades competentes, seja CDSS, CPCJ ou Tribunal são obrigadas a dar informações à CA|CAIC “A Gaivota”. Essas informações passam pelo: relatório social; informação jurídica; relatório clínico; relatório psicológico; relatório escolar; e informação sobre prestação familiar; informação sobre a família, amigos e figuras de referência. Durante a admissão, é necessário que a criança/jovem traga consigo o cartão de cidadão, a certidão de nascimento, o boletim de vacinas e o cartão de serviço nacional de saúde.

No momento da admissão é assinada uma Declaração de Entrada pela entidade que solicita o acolhimento. No mesmo momento é elaborado um processo individual de acompanhamento a fim de encaminhar a criança/ jovem para um projeto de vida, tendo em conta as suas necessidades, aspirações, capacidades e competências, assim como tendo em conta os recursos da CA|CAIC “A Gaivota”, potencialidades do meio e da sua família.

O processo individual rege as regras do Guião Técnico da Direção Geral de Ação Social para os Centros de Acolhimento Temporário para Crianças e Jovens em Risco.

O mesmo é composto por 11 separadores a fim de arquivar e conservar todos os documentos e informação essenciais para o desenvolvimento do projeto de vida. Nesses separadores estão todos os documentos referentes às informações jurídicas, escolares, sociais e de saúde da criança/jovem, assim como a sua identificação e do representante legal.

Após a admissão é realizado um inventário com tudo o que a criança trouxe consigo, é feito um documento que é impresso e assinado na hora pelo técnico da CA responsável pela admissão. Quando termina o acolhimento, são desenvolvidos todos os pertences na saída.

Quando uma criança entra para o centro de acolhimento tem uma fase de processo com a duração de um mês, e nesse mês é feita uma avaliação diagnóstica, e após a mesma, tentam melhorar aspetos da criança como a autonomia, o desenvolvimento pessoal, o desenvolvimento emocional e o desenvolvimento socio pessoal. A autonomia é uma das problemáticas que queria aprofundar na minha intervenção, sendo que foi o ponto-chave na minha intervenção durante o estágio curricular.

Durante o processo da criança/jovem na casa de acolhimento, tendo em conta o RTP-Relatório Técnico Pedagógico, é feito um Plano Educativo Individual (PEI), em que a equipa multidisciplinar da escola do mesmo identifica as necessidades educativas.

No mesmo seguimento, a Casa de Acolhimento responsabiliza-se pelo Plano de Cooperação e Intervenção (PCI), que consiste numa tabela realizada pelo educador social em que constam todas as entidades intervenientes na criança/jovem, como a escola, centro de saúde, terapias, etc.

Assim como o PCI, o PSEI- Plano de socioeducativo individual também é estruturado pela Casa de Acolhimento, e baseia-se num projeto de vida para a criança. A gestora de processo em conjunto com a equipa, analisa e identifica as necessidades da criança/jovem e planeia um projeto a fim de uma intervenção para melhorar a qualidade de vida do mesmo.

A Permanência da criança/jovem é sempre definida na medida aplicada pela entidade competente. Sempre que pedido, são realizados relatórios de evolução e avaliação do menor para enviar à entidade competente.

A criança/jovem, mediante a medida da entidade competente pode ter visitas e contactos telefónicos sujeitos a algumas regras. Estas visitas são realizadas no CA|CAIC “a Gaivota” e têm a duração de 60 minutos. As visitas são feitas por familiares de linha direta. Caso vão outros, terão de ser acompanhados pelos primeiros.

Os telefonemas são feitos por marcação prévia com a equipa técnica e são acompanhados por uma auxiliar de ação educativa ou uma técnica. A criança/jovem deve ser incentivada a corresponder com os familiares sempre que o Projeto de Vida assim justifique.

Desde o acolhimento da criança/jovem é delineado o projeto de vida do mesmo. Este projeto de vida tem em conta todo o seu percurso de vida antes e durante o acolhimento. Nem sempre voltar para a família é uma escolha deles.

A criança apenas será encaminhada quando tiver as condições necessárias para a concretização. Os projetos de vida passam pelo regresso à família biológica, nuclear ou alargada, pela adoção, pelo apoio para autonomia de vida, pelo acolhimento familiar, pela institucionalização ou integração em família idónea.

V- Atividades realizadas durante o Estágio

Neste capítulo será descrita toda a planificação e calendarização das atividades realizadas durante o estágio, assim como a descrição e os resultados obtidos da mesma.

1. Duração

O meu estágio teve a duração de 9 meses, tendo o seu início a 19 de setembro e o seu fim a 19 de maio. O meu horário foi definido com a Diretora da Casa de Acolhimento e ficou estipulado das 14:00h às 20:00 na Segunda-feira, Terça-Feira, Quarta-Feira e Quinta-Feira. Este horário era o que melhor se enquadrava, uma vez que as crianças e jovens da Casa de Acolhimento frequentam a escola e algumas terapias e maioria delas só chega a casa após as 17:00h.

A partir do dia 6 de fevereiro houve uma alteração no meu horário. Este passou a ser das 18:00h às 20:30h durante Segunda-Feira, Quarta-Feira e Sexta-Feira e Sábado que fazia das 9:00h às 16:00h.

No início foi difícil de definir o meu horário, uma vez que as crianças e jovens estão inscritos em muitas atividades pós-escolares. Há terapias ocupacionais, CAFAP, apoio ao estudo e desporto.

2. Calendarização

Antes de iniciar o meu estágio, fiz uma prévia calendarização das fases da minha investigação. Tendo em conta que toda a calendarização foi elaborada consoante os horários das crianças e jovens institucionalizados.

A calendarização era a seguinte:

Tabela 1- Calendarização Inicial

	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
<i>Diagnóstico</i>	X	X											
<i>Elaboração das Atividades</i>			X										
<i>Intervenção</i>				X	X	X	X	X	X				
<i>Avaliação Global e Elaboração do relatório</i>										X	X	X	X

No entanto, esta calendarização sofreu algumas alterações. No decorrer da investigação, percebi que não seria possível cumprir a calendarização que tinha programado.

No início tinha programado apenas dois meses para a fase de diagnóstico, mas no decorrer entendi que necessitava de mais tempo. Eram inicialmente 11 crianças e foi preciso dedicar algum tempo individualizado com cada uma delas para poder ganhar a confiança e afinidade com as mesmas. A fase do diagnóstico, foi possivelmente a fase que me atrasou todo o processo, e que fez, desde logo, fazer as alterações necessárias da calendarização para as fases da minha investigação.

E eis como foi a calendarização da minha investigação:

Tabela 2- Calendarização Cumprida

	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
<i>Diagnóstico</i>	X	X	X										
<i>Elaboração das Atividades</i>				X									
<i>Intervenção</i>					X	X	X	X	X				
<i>Avaliação Global e Elaboração do relatório</i>										X	X	X	X

Fase de diagnóstico

Foi durante a fase de diagnóstico que me foi sugerida a minha orientadora de estágio, Dra. Alice Abreu, educadora social do CAIC- a Gaivota. No entanto, esta não se manteve até ao fim do estágio, por assuntos pessoais esteve ausente da entidade em questão. Assim sendo, a minha orientadora passou a ser a diretora do CAIC- a Gaivota, a Dra. Ariana Brito.

Nesta fase, a grande chave do meu diagnóstico foi o apoio ao estudo. Quando iniciei o estágio, a 19 de setembro, ainda não tinha sido destacado um professor para o CAIC, e, portanto, fui eu que assumi o apoio ao estudo durante cerca de 1 mês e meio. Durante esse tempo dei apoio ao estudo a todos os alunos que já frequentavam a escola. Fiz um horário consoante a hora a que eles saíam da escola, e neste tempo que tinha com eles ajudava-os a realizar os trabalhos de casa e a estudar a matéria que era lecionada nas aulas. Foi nesta atividade que ganhei uma maior aproximação a cada criança, uma vez que o apoio funcionava de forma individualizada. Foi no apoio ao estudo que fui conhecendo melhor as crianças e jovens do

CAIC e conhecendo as suas fragilidades e potencialidades, pois estas acabavam por terem momentos de “confessionário” comigo.

Durante toda esta fase de diagnóstico continuei a escrever sempre no meu diário de campo, as notas que considerava mais importantes a fim de recolher dados e preparar atividades acerca da autonomia e das competências sociais. A observação foi a grande base deste diagnóstico e a escrita das notas de campo a forma de registo das observações realizadas.

Fase de planificação de atividades

Esta foi a fase em que planifiquei todas as atividades para as crianças e jovens institucionalizados. Além destas atividades, foi decidido também nesta fase que eu iria colaborar e estar presentes nas rotinas diárias deles, uma vez que o foco do meu interesse era sobre a autonomia e as competências sociais.

Fase de intervenção

Nesta fase executei todas as atividades que tinha planificadas e ainda colaborei em algumas previamente feitas pela educadora social da entidade em questão. Foi crucial a ajuda de toda a equipa técnica e equipa auxiliar do CA|CAIC- “A Gaivota”. Sempre se disponibilizaram a ajudar-me no que fosse preciso.

O diário de campo teve muita importância nesta fase, em todas as atividades eu registava alguma coisa, fosse movimentos, emoções, expressões faciais ou mesmo conversas que ocorriam e que eram consideradas fulcrais para o meu tema.

Fase da avaliação global e elaboração do relatório

A fase escrita do meu trabalho, em que descrevo, analiso e avalio todo o trabalho realizado durante os 9 meses na CA|CAIC – “A Gaivota”.

Seguindo os pressupostos metodológicos atrás mencionados começar-se-á pela apresentação das atividades desenvolvidas com as participantes do estudo, onde serão descritas, mencionados os objetivos e os destinatários, os recursos materiais e humanos e ainda a avaliação das atividades.

3. Atividades Desenvolvidas

As atividades que passo a citar foram desenvolvidas por mim, a fim de trabalhar alguns aspectos da autonomia e das competências sociais das crianças e jovens institucionalizados. As atividades eram sempre planejadas consoante o horário dos mesmos, e houve necessidade de fazer grupos para as diferentes atividades. Uma vez que havia uma grande discrepância de idades ou nível cognitivo, assim nem sempre foi possível realizar a mesma atividade para o grupo todo. Estas atividades foram realizadas com o intuito de autonomizar todas as crianças e jovens institucionalizados na CA|CAIC – “A Gaivota”, e no total foram abrangidas 16 crianças/jovens.

Apresento assim as 15 atividades realizadas:


Atividade 1

Esta atividade surgiu após a minha observação durante a fase de diagnóstico, percebi que as crianças e jovens institucionalizados tinham uma rotina muito vincada, no entanto não entendiam o que era uma rotina. Eles não percebiam porque tinham de seguir aqueles procedimentos sistemáticos ao longo do dia, durante toda a semana. Estando numa Casa de Acolhimento, havia muitos horários a cumprir rigorosamente como: no banho; nas refeições e no estudo. Era necessário que estas crianças entendessem o que era uma rotina diária e como a deles funcionava a fim de promover a autonomia destes para cumprirem as suas tarefas diárias.

A intervenção foi feita apenas por mim e através de uma conversa informal com todas as crianças do CA|CAIC – “A Gaivota” a partir dos 4 anos de idade. Através da boa prática da Rotina Diária, pretendia que as crianças e jovens alcançassem a autonomia nas suas tarefas diárias, assim como tornarem-se mais responsáveis e organizados na gestão do seu tempo.

Tabela 3- A importância de uma Rotina Diária

Nome da Atividade	<u>A importância de uma rotina diária</u>
Descrição da atividade	Esta atividade começou com uma roda, em que estávamos todos sentados no chão, e tivemos uma conversa informal. A conversa acontece na sala de jogos do CAIC -a Gaivota. Nesta conversa abordei o tema da rotina diária, em que pretendia perceber se eles sabem o que é uma rotina diária, se têm uma rotina diária e dar a conhecer a importância da mesma.

	<p>Levei os materiais necessários para construir um relógio, o relógio da rotina diária. Todos juntos construímos o relógio e preenchemos com as horas e ações que eles faziam correspondentemente.</p> 
Objetivos	<p>Organizar o tempo na melhor forma Promover a autonomia nas tarefas diárias Aumentar o nível de responsabilidade e organização</p>
Local	Sala de Jogos
Destinatários	Todas as crianças do CA CAIC- “A Gaivota” a partir dos 4 anos de idade
Recursos Materiais	<p>Cartolinas Folhas Canetas Cola</p>
Recursos Humanos	Estagiária de Educação Social
Avaliação	Esta atividade permitiu perceber que muitas crianças e jovens presentes não conheciam o que era uma rotina diária. Na realidade, não conheciam a sua rotina diária.

Atividade 2

Esta atividade 2, foi uma das atividades que tive de adaptar para dois grupos distintos com faixas etárias diferentes. Era uma atividade relacionada com o dinheiro, mais precisamente com a gestão do dinheiro: para o primeiro grupo, um grupo com crianças até aos 8 anos, o meu objetivo era que os mesmos reconhecessem o dinheiro, soubessem reconhecer o valor do dinheiro assim como fazer a contagem do mesmo. Enquanto para o segundo grupo, considerei uma prioridade a gestão financeira e o entendimento das suas prioridades. Ambos os grupos foram sensibilizados para a utilização do dinheiro.

A minha intervenção foi feita através da conversa informal para com todas as crianças a partir dos 4 anos de idade, e um de 16 anos de idade.

Tabela 4- Notas e Moedas 1.1

Nome da Atividade	<u>Notas e Moedas 1.1</u>
Descrição da atividade	Nesta atividade, a Estagiária de Educação Social colocou todos sentados à mesa, e de seguida, mostrou o dinheiro e foi fazendo o reconhecimento do mesmo com as crianças e jovens. Ao mesmo tempo foram fazendo a contagem simples de dinheiro.
Objetivos	Reconhecer o dinheiro Identificar o valor da nota ou moeda. Saber contar o dinheiro Sensibilizar as crianças acerca de uma gestão financeira positiva
Local	Sala de Visitas
Destinatários	Crianças dos 4 até aos 8 anos de idade 1 criança com 16 anos por
Recursos Materiais	Dinheiro Papel Caneta
Recursos Humanos	Estagiária de Educação Social
Avaliação	Muitos deles sabiam reconhecer o dinheiro, no entanto, não sabiam o valor do mesmo. Isto é, apesar de saberem que a moeda de 1 euro, é uma moeda de 1 euro, não sabiam para que aquela moeda de 1 euro dava. A contagem do dinheiro também não era boa no geral.

Tabela 5- Notas e Moedas 1.2

Nome da Atividade	<u>Notas e Moedas 1.2</u>
Descrição da atividade	Esta atividade aconteceu exatamente como a outra, todos à roda de uma mesa. A Estagiária de Educação social levou dinheiro diverso e a atividade baseou-se através da conversa informal e demonstração do dinheiro. Aqui o público-alvo tinha uma faixa etária maior, nesse sentido, a atividade teve um nível mais elevado. A estagiária deu como base uma quantia e deu-lhes várias opções de alimentos/objetos, e as crianças tinham de perceber que objeto dava para comprar com aquela quantia.

Objetivos	Reconhecer o dinheiro Identificar o valor da nota ou moeda. Saber contar o dinheiro Sensibilizar as crianças acerca de uma gestão financeira positiva Gerir de forma positiva o dinheiro.
Local	Sala de Visitas
Destinatários	Dos 9 aos 17 anos
Recursos Materiais	Dinheiro Papel Caneta
Recursos Humanos	Estagiária de Educação Social
Avaliação	Foi notório que estas crianças já sabiam contar dinheiro e reconhecer o mesmo. No entanto não sabiam valorizar o dinheiro, e por esse motivo gastavam tudo o que tinham em guloseimas ou coisas desnecessárias.

Atividade 3

Esta atividade pretendia que as crianças e jovens da CA|CAIC- “A Gaivota” pudessem usufruir dos livros que têm, uma vez que estes estavam todos dentro de uma estante, sem qualquer tipo de arrumação ou brio. Neste sentido surgiu a ideia, juntamente com a Educadora Social, de renovar o espaço dedicado à leitura. A fim das crianças e jovens do CA|CAIC – “A Gaivota” serem estimulados a nível da linguagem e enriquecidos a nível do vocabulário. Estas crianças e jovens não tinham por hábito ler e por esse motivo, era necessário incentivá-los à leitura e despertar-lhes o gosto pela mesma.

Tabela 6- Cantinho da Leitura

Nome da Atividade	<u>Cantinho da Leitura</u>
Descrição da atividade	Esta atividade consiste na renovação e organização do espaço para a leitura, dando-lhe assim o nome de “cantinho da leitura”.
Objetivos	Incentivar a leitura por parte das crianças Estimular a linguagem oral Despertar o gosto pela leitura Enriquecer o vocabulário
Local	Sala de Jogos
Destinatários	Todas as crianças da casa de acolhimento

Recursos Materiais	Cartolinas Canetas Cola Livros
Recursos Humanos	Estagiária de Educação Social
Avaliação	A novidade nas crianças gera sempre procura. E isto não foi exceção, como o espaço estava diferente deu-lhes curiosidade para irem ver, ler ou pedir que lhes lessem e comentar uns com os outros.

Atividade 4

Esta atividade surgiu na sugestão da Diretora Técnica para reformular uma das paredes da Casa de Acolhimento que estava com fotografias desatualizadas. Desde logo achei que essa reformulação podia ser feita pelas crianças e jovens mas ao mesmo tempo fazer disto uma atividade que lhes permitisse adquirir conhecimentos. Sendo que nesta fase as crianças e jovens estavam maioritariamente das vezes em conflito umas com as outras e o comportamento deles estava bastante negativo, pensei numa atividade que promovesse valores e princípios importantes na relação entre pares: compreensão, respeito, bondade.

Esta atividade pretendia que fosse criada uma “Árvore dos Valores”, isto é, uma árvore em que constassem escritos os valores da CA|CAIC- “A Gaiivota”. Os valores utilizados na atividade foram: Amizade, União, Felicidade, Solidariedade, Carinho, Respeito, Gratidão, Partilha, Disciplina, Humildade e Amor. Através da conversa informal refletimos e vimos a visão de cada um relativamente a cada valor.

Tabela 7- A Árvore dos Valores

Nome da Atividade	<u>A Árvore dos Valores</u>
Descrição da atividade	Na atividade, a estagiária levou preparado várias folhas em que cada uma delas dizia um valor. Como por exemplo: respeito, amizade, amor...) E após mostrar uma dessas folhas, as crianças e jovens tentavam demonstrar o que queria dizer através de mímica, e aí era tirada uma fotografia. Depois da mímica explicavam o que queria dizer em voz-alta, caso estivesse errado ou incompleto, a Educadora Social e a Estagiária complementavam.

Objetivos	Reconhecer a importância dos nossos valores Diminuir a conflitualidade
Local	Sala de Convívio
Recursos Materiais	Papel autocolante Caneta Cola Telemóvel
Destinatários	Crianças a partir dos 4 anos de idade
Recursos Humanos	Estagiária de Educação Social Educadora Social
Avaliação	Considero que esta atividade foi interessante e enriquecedora porque cada vez que eles olhavam para a sua representação na parede recordavam qual era o valor, mesmo quem não soubessem ler todas as crianças lembravam-se do que estava ali representado por terem sido elas a fazer. A parede ganhou “vida” porque reformulámo-la e eles ganharam aquisições para a vida.

Atividade 5

Esta atividade pretendia ensinar às crianças e jovens alguns passos básicos na cozinha e desta forma prepará-los para uma componente importante da vida adulta. A Culinária repetiu-se várias vezes, era uma atividade em que eles gostavam de participar e por esse motivo, cozinham algumas refeições ao longo do tempo que lá estive.

Tabela 8- Vamos cozinhar?

Nome da Atividade	<u>Vamos cozinhar?</u>
Descrição da atividade	Esta atividade repetiu-se cinco vezes, ao longo do estágio. Esta atividade tinha por base aprender a confeccionar comida, seja doce ou salgado. A confeção tinha ser apoio e supervisão da equipa auxiliar e da Estagiária. Dos mais novos, aos mais velhos todos participavam
Objetivos	Aprender a cozinhar Autonomizar para a vida adulta
Local	Cozinha do CA CAIC –“A Gaivota”

Recursos Materiais	Utensílios de Cozinha
Destinatários	Crianças a partir dos 6 anos
Recursos Humanos	Equipa Auxiliar Estagiária de Educação Social
Avaliação	Era visível de que as crianças e jovens não estavam habituados a confeccionar qualquer tipo de comida, ou mesmo auxiliar nas tarefas da cozinha. No entanto, era um Ateliê do qual gostavam de participar e que consideravam muito divertido.

Atividade 6

Esta atividade era recorrente no dia a dia das crianças e jovens da Casa de Acolhimento. Era necessária uma vigilância por minha parte nas mochilas deles, uma vez que havia muita desorganização e descuido com o material da escola. Todos os dias, após a chegada deles ao CA|CAIC- “A Gaivota” a mochila era vista na presença deles e verificámos se havia trabalhos de casa, testes ou recados por assinar e também se havia falta de algum material escolar. Esta atividade era destinada a todas as crianças que frequentavam a escola e tinha como objetivo que as mesmas se tornassem mais organizadas e disciplinadas.

Tabela 9-Organização da Mochila

Nome da Atividade	<u>Organização da Mochila</u>
Descrição da atividade	Esta atividade era uma das atividades que era realizada todos os dias. Ao chegar da escola, chamava um a um para verificar a mochila. Víamos se havia trabalhos para fazer, recados do professor, testes corrigidos ou até mesmo se havia falta de material escolar.
Objetivos	Ser organizado na parte escolar Ser disciplinado
Local	Corredor do CA CAIC- “A Gaivota” (local destinado à arrumação das mochilas)
Destinatários	Todas as crianças que frequentavam a escola.
Recursos Humanos	Estagiária de Educação Social

Avaliação	Esta atividade diária fez com que as crianças e jovens ganhassem mais responsabilidade e organização, porque sabiam que as mochilas seriam verificadas.
------------------	---

Atividade 7

A atividade 7 destinava-se a todas as crianças da CA|CAIC- “A Gaivota”. Individualmente auxiliava as crianças e jovens para prepararem a roupa que iriam vestir no dia seguinte. Normalmente esta tarefa era realizada pelas auxiliares de ação educativa, mas considerei que era importante que as crianças e jovens colaborassem nesta tarefa diária. Todas gostavam de colaborar e conjugar as roupas tendo em conta sempre a meteorologia.

Esta atividade tinha como objetivos que as crianças e jovens institucionalizados soubessem conjugar as suas roupas em par da meteorologia, fossem mais organizados e responsáveis.

Tabela 10-O que vamos vestir?

Nome da Atividade	<u>O que vamos vestir?</u>
Descrição da atividade	Esta atividade era realizada todos os dias, se possível. A ideia era que eles tivessem poder de decisão na roupa que vestiam, e inculcá-lhes essa responsabilidade de organizarem a roupa para o dia seguinte.
Objetivos	Saber conjugar roupa Ser organizado Ser responsável
Local	Quarto das crianças do CA CAIC- “A Gaivota”.
Recursos Humanos	Estagiária de Educação Social Equipa Auxiliar
Avaliação	Considero que as crianças e jovens sentiam-se bem por participar nesta tarefa. Eles preparavam a roupa que queriam vestir e isso dava-lhes entusiasmo. Maioria não tinha noção do tempo meteorológico, e por isso queriam vestir roupa quente em dias de calor e vice-versa.

Atividade 8

A atividade 8 surgiu quando um jovem da CA|CAIC- “A Gaivota” me disse “Este ano ainda não fomos ao Aquashow, vamos sempre ao Aquashow” e logo de seguida disse “Sabes qual era uma atividade boa? Ir ao sushi”. Não consigo descrever o que foi pensado ali, mas tinha de conseguir que aquela criança fosse comer sushi. E percebi que não era só uma questão de ir ao Sushi, mas sim de fazer coisas diferentes, realizar os desejos e sonhos deles porque quem já lá está há uns anos parece que sabe o Plano de Atividades de cor. Isto mostra que nem sempre há o cuidado de organizar atividades novas em consonância com os desejos das crianças e jovens. E assim, juntei todos à volta da mesa da sala e pedi que contassem quais os seus desejos e sonhos - ainda consegui realizar alguns.

O objetivo desta atividade era que as crianças e jovens tivessem oportunidade de escolher algumas atividades que gostavam que acontecesse, fazê-los sentir felizes e concretizados.

Tabela 11- Os nossos desejos

Nome da Atividade	<u>Os nossos desejos</u>
Descrição da atividade	Esta atividade tinha por base que as crianças fizessem uma lista de desejos, com o intuito de a Estagiária de Educação Social pudesse concretizar alguns deles.
Objetivos	Sentir-se concretizado Sentir-se feliz
Local	Casa de Acolhimento CAIC- A Gaivota
Recursos Humanos	Estagiária de Educação Social
Avaliação	Após esta atividade consegui concretizar outras tantas que eles desejavam. Como ir jantar a um restaurante de sushi, participar numa aula de ginásio e tomar o pequeno-almoço numa pastelaria. Foi gratificante e fi-los concretizar alguns desejos que tinham.

Atividade 9

A atividade 9 tinha como objetivos que todas as crianças e jovens do CA|CAIC- “A Gaivota” conseguissem escovar os dentes sozinhas e fazer conseqüentemente uma boa higienização da boca. A atividade surgiu após o visionamento das escovas de dentes e alteração das mesmas. Havia crianças que estragavam de imediato uma escova de dentes por não saberem como a usar. Para complementar, naquele momento existiam três crianças com menos de 11 anos com caries e problemas dentários. O caso mais preocupante foi numa criança com 11 anos que foi necessário que o dentista arrancasse um dos dentes definitivos dela por estar completamente estragado.

Enquanto Estagiária de Educação Social, supervisionava todos para garantir que a higienização era bem feita.

Tabela 12- Escovar os dentes

Nome da Atividade	<u>Escovar os dentes</u>
Descrição da atividade	Escovagem dos dentes e higienização de toda a boca.
Objetivos	Aprender a fazer a higienização da boca.
Local	Casa de Banho da Casa de Acolhimento.
Recursos Materiais	Escova de dentes Pasta de dentes
Destinatários	Todas as crianças do CAIC- “A Gaivota”.
Recursos Humanos	Estagiária de Educação Social.
Avaliação	Notou-se uma grande diferença na forma como as crianças e jovem passaram a escovar os dentes. Sob supervisão corria sempre bem, por vezes quando não tinham ninguém a ver apenas enxaguavam a boca ou comiam a pasta de dentes.

Atividade 10

Esta atividade surgiu devido à taxa de obesidade nas crianças e jovens da Casa de Acolhimento. Apesar de uma boa alimentação, a falta de exercício físico estava a pôr em risco a saúde das crianças e jovens institucionalizados.

Neste sentido, programei várias caminhadas que foram realizadas ao longo do meu estágio. Essas caminhadas tinham sempre partida da Casa de Acolhimento até Santa Luzia ou até às Salinas de Tavira.

Esta atividade tinha como objetivos: que as crianças com taxa de obesidade elevada perdessem peso; ganhassem hábitos de vida mais saudável e ao mesmo tempo que se promovesse momentos de socialização nos espaços exteriores e diversificação das atividades das crianças.

Tabela 13- Caminhar

Nome da Atividade	<u>Caminhar</u>
Descrição da atividade	Apesar de só alguns estarem acima do peso, foram todas as crianças que queriam participar na atividade. Esta foi realizada várias vezes até locais próximos da CA CAIC – “A Gaivota”.
Objetivos	Perda de peso Ganhar hábitos de vida mais saudável Promover a socialização em espaços exteriores Diversificar as atividades das crianças
Local	CA CAIC – a “Gaivota” até: a Santa Luzia e Salinas de Tavira.
Recursos Materiais	Ténis Roupa desportiva
Destinatários	Todas as crianças do CA CAIC- “A Gaivota”.
Recursos Humanos	Estagiária de Educação Social Auxiliares da Casa de Acolhimento
Avaliação	As crianças acabavam por não levar a atividade vista como uma caminhada, mas sim como um passeio. Acabavam por se divertirem, passearem e fazerem ao mesmo tempo exercício físico.

Atividade 11

A CA|CAIC – “A Gaivota” é destinada até aos 12 anos, porém existem crianças que permanecem lá por não existir outra solução para elas. Neste caso específico, é um jovem com 17 anos, mas que tem um atraso a nível cognitivo. No entanto, estava-se a tentar que o mesmo regressasse à família, mas que ocupasse um Centro durante o dia, e para isso era necessário ele ir a pé da sua casa a esse Centro. Este jovem tinha falta de orientação na rua e não conseguia andar sozinho porque não olhava ao seu redor para ver os carros. No sentido de trabalhar estes aspetos de autonomia com o jovem, começámos a ir ter com ele até à escola e fizemos diversas vezes o percurso a pé com ele. No entanto, até eu ir embora não se verificou resultados positivos.

Esta atividade pretendia que o jovem fosse autónomo e que conseguisse atravessar as passadeiras, e que ganhasse sentido de orientação na rua.

Tabela 14- Da Escola até à Gaivota

Nome da Atividade	<u>Da Escola até à Gaivota</u>
Descrição da atividade	A atividade consistia em vir a pé desde a escola até à Casa de Acolhimento com um jovem em questão.
Objetivos	Atravessar as ruas nas passadeiras Ganhar sentido de orientação Conseguir andar na rua de forma autónoma
Local	Caminho escola- Casa de Acolhimento
Destinatários	Jovem com 17 anos.
Recursos Humanos	Estagiária de Educação Social Educadora Social
Avaliação	Infelizmente esta atividade não deu resultados positivos, uma vez que não se verificou progressos no jovem.

Atividade 12

A atividade pretendia que as crianças e jovens institucionalizados ganhassem hábitos de higiene, organização e limpeza e que aumentassem a sua autonomia. Era necessário que eles conseguissem fazer uma limpeza geral ao seu quarto, neste sentido, arrumar a roupa desarrumada, fazer a cama de lavado, pôr a roupa suja para lavar e deixar todos os brinquedos arrumados. Esta atividade já era uma prática da Casa de Acolhimento e normalmente era realizada na manhã de domingo, todas as semanas.

Cada criança era responsável pelo seu quarto e pelos seus pertences dentro do mesmo.

Tabela 15- Arrumar o nosso Quarto

Nome da Atividade	<u>Arrumar o nosso Quarto</u>
Descrição da atividade	As crianças e jovens dedicavam uma manhã à limpeza do seu quarto, com apoio das técnicas e auxiliares de serviço.
Objetivos	Ganhar hábitos de organização, higiene, limpeza. Melhorar a autonomia das crianças e jovens Saber por a roupa para lavar Fazer a cama de lavado Arrumar as gavetas Arrumar brinquedos e objetos desarrumados no sítio correto
Local	Quarto
Destinatários	Crianças a partir dos 6 anos
Recursos Humanos	Estagiária de Educação Social Equipa Técnica Auxiliares de Ação Educativa
Avaliação	As crianças começaram a deixar menos tarefas do quarto por realizar porque sabiam que naquela manhã teriam de ser elas a fazê-las todas.

Atividade 13

Esta atividade surgiu quando uma jovem da casa de acolhimento teve vaga num apartamento de autonomia. Assim, juntamente com a assistente social fomos com ela a uma reunião com a instituição que tinha a vaga para a jovem no apartamento de autonomia. Nessa reunião, a técnica disse-lhe imensas tarefas prévias e tarefas diárias que a mesma tinha de fazer

quando lá estivesse e uma delas era a lista de compras semanal. A jovem quando saiu de lá veio falar comigo e desabafou dizendo que nunca tinha feito uma lista de compras e que necessitava de ajuda. Em conjunto com a jovem realizamos a sua 1ª lista de compras.

Tabela 16- A 1ª lista de compras

Nome da Atividade	<u>A 1ª Lista de Compras</u>
Descrição da atividade	Juntamente com a jovem definimos a primeira lista de compras.
Objetivos	Prepara-la para elaborar futuras listas de compras sozinha Melhorar a sua autonomia e autoconfiança
Local	Casa de Acolhimento
Recursos Materiais	Caneta Papel
Destinatários	Jovem com 17 anos
Recursos Humanos	Estagiária de Educação Social
Avaliação	A jovem mostrou total interesse e desempenhou a tarefa com êxito.

Atividade 14

A hora do banho, era uma hora em que as auxiliares necessitavam de muita ajuda. E uma vez que o meu trabalho foi sobre autonomia e competências sociais, disponibilizei-me desde logo a ajudar nessa tarefa. E assim, ajudava as crianças e jovens a ganharem autonomia nessa tarefa do dia a dia.

O banho era tomado por todos a partir das 19:00h e era um momento de *stress* que eu tentei amenizar com a minha ajuda.

Maioria das crianças quando chegava ao CA|CAIC- a “Gaiivota” tinham receio ou preguiça de tomar banho, e, portanto, era um aspeto que tinha de ser muito trabalho. Neste sentido, era objetivo desta atividade que as crianças e jovens tivessem um momento de paz no banho e que conseguissem lavar-se bem assim como escovar o cabelo após o banho.

Tabela 17- Hora do Banho

Nome da Atividade	<u>Hora do Banho</u>
Descrição da atividade	Todas as crianças e jovens tomavam banho antes do jantar com supervisão da equipa auxiliar e da estagiária.
Objetivos	Escovar a cabeça Lavar o corpo Enxaguar Escovar o cabelo
Local	Casas de banho da do CA CAIC- “A Gaivota”.
Destinatários	Todas as crianças da Casa de Acolhimento.
Recursos Humanos	Estagiária de Educação Social Auxiliares de Ação Educativa
Avaliação	Foi notório o melhoramento de todas as crianças nesta tarefa diária.

Atividade 15

Esta atividade consistia em ir ao Centro Comercial da cidade de Tavira. Cada criança levava o dinheiro que tinham das suas semanadas, ou apenas o que queriam gastar.

Durante as compras, eram sensibilizados a comprar apenas o que realmente necessitavam porque maioria das vezes a vontade deles era de apenas gastar o dinheiro fosse no que fosse.

Era objetivo desta atividade sensibilizar para a melhor gestão do dinheiro e melhor utilização do mesmo.

Tabela 18-Compras livres

Nome da Atividade	<u>Compras Livres</u>
Descrição da atividade	Ida ao Centro Comercial para fazer compras necessárias para cada criança e jovem.

Objetivos	Melhorar a gestão do dinheiro Perceber a melhor forma de dar uso ao dinheiro
Local	Gran Plaza de Tavira
Destinatários	Crianças a partir dos 12 anos (recebem semanada).
Recursos Humanos	Estagiária de Educação Social Auxiliares de Ação Educativa
Avaliação	Esta atividade contribuiu para que houvesse uma maior conscientização do uso do dinheiro. Mesmo que as primeiras vezes comprassem coisas desnecessárias, após a minha sensibilização para o bom uso do dinheiro, eles foram conseguindo utilizá-lo de melhor forma.

4. Atividades desenvolvidas pela entidade

Durante o estágio, além de pôr em prática as atividades que planeei, ainda foi possível integrar as atividades planificadas pela entidade assim como: festas temáticas; peddypaper; reuniões semanais; rotinas selvagens; e apoio ao estudo.

Nas festas temáticas, organizei a festa de Halloween e de Natal. Desde requisição de material e comida, até à animação e decoração das mesmas.

Participei com as crianças e jovens do CA|CAIC “A Gaivota” num PeddyPaper pela cidade de Tavira. O tema era de Halloween, e, portanto, mascarei todas as crianças para a atividade e acompanhei-as em todo o percurso.

Além destas datas comemorativas, semanalmente eram feitas reuniões semanais pela técnica de emergência e ainda assisti e intervim em muitas. Estas reuniões servem para eles refletirem sobre toda a semana acerca do seu comportamento. Ao longo da semana, as auxiliares de ação educativa vão escrevendo nos registos de comportamento de cada criança para que no fim da semana seja possível essa reunião. É nessa reunião que é dada uma semanada às crianças que se comportem bem e tenham mais de 12 anos, e é também nessa reunião que são dados os castigos para quem não teve um bom comportamento. Os castigos podiam ser coletivos ou individuais, estes castigos variam consoante o comportamento, mas passam pela privação do uso de tecnologia, mais horas de estudo e ficavam também encarregados por algumas tarefas domésticas.

Como já disse, anteriormente neste relatório, dei apoio ao estudo às crianças e jovens do CA|CAIC- “A Gaivota”. Este apoio ao estudo era individualizado, o que me fez ter uma maior aproximação rapidamente com cada criança. No apoio estudavam as matérias lecionadas em aula e realizavam os trabalhos de casa.

Durante o meu estágio, o CA|CAIC- a Gaivota também estava inserido num projeto chamado Rotinas Selvagens, que pretende ser uma forma de comunidade educativa não convencional, que pretende criar experiências piloto, tendo em exercício as abordagens educativas com evidência de resultados positivos no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças, futuros adultos de amanhã. Estas sessões aconteciam no exterior, e as crianças e jovens tinham contacto com outras crianças no concelho, e juntas podiam usufruir de imensos materiais disponibilizados nesse projeto. Este projeto tinha inúmeras ofertas educativas como:

- Jardim das Brincadeiras, um serviço de apoio à infância, extracurricular
- Pequenos Exploradores, abordagens diferenciadas a crianças que brincam dos 0 aos 6 anos
- Trilhos e Passeios na Natureza, tardes de caminhadas no campo, ribeiras com piquenique, fotografia
- Brincar Fora da Caixa, encontros pop-up de brincar livre comunitário em espaços públicos. Era nesta que a Casa de Acolhimento estava inserida.
- Oficinas (crianças, famílias e adultos), ações de capacitação sobre infância, saúde e educação.
- Entre outras....

Estas atividades realizadas pela Instituição, mas em que eu também tive a oportunidade de participar foram muito gratificantes para mim e para um futuro trabalho.

5. Resultados Obtidos

Esta secção está destinada para apresentação dos resultados obtidos durante todo o meu estágio. Para a recolha destes resultados, contei com a observação, o diário de campo, as conversas informais e a avaliação das atividades que realizei com as crianças e jovens do CA|CAIC- “A Gaivota”. Para uma melhor compreensão dividi em algumas categorias:

- Alimentação
- Gestão da Roupa
- Higiene Íntima e Pessoal
- Higienização da Boca
- Comportamentos Pessoais e Sociais
- Comportamentos sexualizados
- Situação Escolar
- Gestão do Dinheiro
- Gestão Doméstica

Estas foram as categorias trabalhadas durante todo o meu estágio e que trouxeram resultados após a intervenção. De uma forma geral, considero que houve uma maior aquisição de todas estas competências em todas as crianças e jovens na CA|CAIC- “A Gaivota”. Apenas os Comportamentos Pessoais e Sociais não houve um melhoramento significativo.

Relativamente à Alimentação, as crianças e jovens apresentavam falta de horários para as refeições, na chegada à Casa de Acolhimento. A alimentação também era pouco positiva, baseava-se nos fritos e doces. O próprio uso dos talheres era desadequado: a maioria das crianças e jovens aquando da chegada na Casa de Acolhimento, não sabiam utilizar um talher e por isso utilizam apenas as mãos. A confeção da comida por parte dos mais velhos não era praticada. Considerei necessário que os adolescentes comessem a confeccionar para um dia mais tarde quando saírem da instituição e dessa forma surgiu a atividade 5 (vamos cozinhar?) e a atividade 13 (a 1ª lista de compras). É de facto, necessário trabalhar todas estas questões na instituição, e sem dúvida que foram trabalhadas. Num curto espaço de tempo, as crianças conseguiram entender que existem horários para as refeições e que temos de consumir equilibradamente e saudavelmente.

Neste seguimento, e tendo em conta os resultados obtidos nesta categoria, após a minha intervenção as crianças e jovens da Casa de Acolhimento conseguiram todas ter uma postura correta à mesa e aprenderam a utilizar os talheres. Os mais crescidos após praticarem nos ateliês de culinária que organizei, sentiam-se mais preparados para uma vida após a institucionalização. Neste seguimento, a jovem que transitou para um apartamento de autonomia revelou ir com mais confiança e segurança.

Na gestão da roupa, a maior dificuldade das crianças estava na preparação da roupa para o dia a dia. Foi uma questão que trabalhei muito com eles, até mais com os adolescentes. A adequação da roupa à nossa idade, contexto e tempo meteorológico é importante. E apesar de cada um ser livre em usar aquilo que quer, temos de ter noção do contexto. Neste sentido, surgiu a atividade 7 (O que vamos vestir?).

Tendo em conta, os resultados obtidos nesta categoria da gestão da roupa”, houve um melhoramento gradual após a minha intervenção. No fim do meu estágio, as crianças e jovens já tinham a iniciativa de preparar a sua roupa para o dia seguinte. Por vezes, necessitavam de intervenção, mas pouca. Eram autónomos e apenas necessitavam de uma aprovação final.

Na categoria da Higiene Íntima e Pessoal, as questões que eram mais evidenciadas após a chegada de uma criança era a falta da própria higiene. O banho era muitas vezes temido por muitas crianças por traumas passados ou mesmo por não assumirem o banho como uma tarefa diária. De todas as categorias, esta foi a que necessitou de mais intervenção. Todos os dias do meu estágio, eu ajudei todas as crianças na hora do seu banho e sua higienização. Conforme descrevo na atividade 14 (Hora do Banho).

Neste seguimento, e baseando-me nos resultados obtidos após a minha intervenção. O banho passou a ser a tarefa que muitos desejavam ao fim do dia, o que inicialmente não acontecia. Com a minha ajuda, também condições para que a hora do banho fosse um momento de tranquilidade e não de *stress*. Por vezes era de *stress*, porque haviam muitas crianças e jovens que não queriam tomar banho, o que tornava a tarefa das auxiliares de ação educativa mais dificultada. Consegui que as sete crianças que tinham dificuldade ou receios nesta tarefa, conseguissem ultrapassá-los. No fim do meu estágio, apenas os mais novos, isto é, com menos de 8 anos, necessitavam de supervisão no banho. No entanto, essas mesmas crianças já sabiam tomar banho, lavar o cabelo e o corpo com os respetivos produtos e no fim escovar e secar o cabelo.

Na Higienização da Boca, a má utilização da escova era significativa em todas as crianças e jovens da Casa de Acolhimento. Maioria das crianças e jovens quando chegava à Casa de Acolhimento, tinham problemas bocais como cáries. Neste sentido, a criança era logo encaminhada para acompanhamento no Centro de Saúde. No entanto, através da minha atividade 9 (Escovar os dentes) incitava para uma atenta higiene bucal.

Em atenção ao resultado obtido nesta categoria da Higienização da Boca, após a minha intervenção foi notório o melhoramento desta categoria. Quando iniciei o meu estágio, havia escovas de dentes que não duravam sequer 3 dias, isto porque as crianças mordiam a escova

de dentes ao lavá-los. Assim como, o tempo de higienização era inferior a 20 segundos, isto deixou de acontecer em maioria dos casos.

Relativamente aos Comportamentos Pessoais e Sociais, de forma geral, carregavam todos a falta de regras em casa. O uso de termos menos adequados, a falta de respeito para com os mais velhos e a compulsividade de mentir.

Tendo em conta a minha intervenção, foi possível obter alguns resultados, no entanto foi a categoria menos positiva. As crianças e jovens tinham um comportamento adequado, mas tinham muitos ataques de nervos e nesses instantes o seu comportamento era alterado e desapropriados. Assim como o contacto com os progenitores que também alterava negativamente o comportamento.

Em atenção aos Comportamento sexualizados, foi necessário intervir diversas vezes com conversas informais acerca do tema da sexualidade e tirar-lhes as dúvidas relativamente à sexualidade e orientação sexual. As crianças e jovens começaram a ter o à-vontade para tirarem as duas dúvidas e por esse motivo estavam mais informados e protegidos.

A Situação Escolar das crianças e jovens da Casa de Acolhimento era de encargo da educadora social. A Educadora Social era a encarregada de educação de todos, e por esse motivo, todas as situações escolares passavam por ela. Para um melhoramento das notas, havia o apoio ao estudo, dado inicialmente por mim, mas posteriori por dois professores destacados pelo Agrupamento de Escolas de Tavira. Esse apoio ao estudo ocorria das 14h até às 19h, em que cada horário correspondia a x criança. Eram realizados os trabalhos de casa, e estudavam a matéria lecionada para futura avaliação escolar. Ainda neste seguimento, o controlo da organização da mochila era feito por mim como menciono na atividade 6 (Organização da mochila).

Houve resultados muito positivos em relação à categoria da Situação Escolar. A organização da mochila era feita por eles, mas supervisionada por mim. Inicialmente eles esqueciam-se de entregar os documentos para assinar, tinham sempre a mochila desarrumada e suja e quando faltava material, esqueciam-se de pedir. Com a minha supervisão esses aspetos começaram a melhor, e cada vez ocorriam com menos frequência. As notas das escolas foram subindo em todos os alunos, também graças aos excelentes professores de apoio que tinham no CA|CAIC – “A Gaivota”.

A Gestão do dinheiro foi trabalhada por mim, através das atividades: 2 (Notas e Moedas) e 15 (Compra Livre). O reconhecimento do dinheiro é um fator importante para a sua autonomia.

Os resultados obtidos nesta categoria foram significativos. As crianças e jovens inicialmente nos passeios ao Centro Comercial apenas tinham um objetivo: comprar qualquer coisa com o dinheiro. Após a minha sensibilização para a gestão do dinheiro, foi possível ver crianças e jovens a juntarem o seu dinheiro até terem o suficiente para comprarem realmente o que desejavam.

A Gestão Doméstica, é extremamente bem inculcada a todas as crianças e jovens na Casa de Acolhimento. Cada um é responsável pela higienização do seu quarto, assim como pelos espaços comuns (conforme a tabela anexada pela técnica). Trabalhei atendendo à Gestão doméstica, através da atividade 12 (Arrumar o nosso quarto).

No que toca aos resultados obtidos na Gestão Doméstica, todas as crianças e jovens tinham o dever de limpar e arrumar o seu quarto, uns com mais auxílio, outros com menos mas todos limpavam. Todas as crianças e jovens sabiam fazer a cama de lavado, por a roupa suja no cesto e arrumar devidamente os seus pertences.

A tabela que se segue sintetiza os resultados obtidos através do meu trabalho:

Tabela 19- Síntese dos Resultados Obtidos

Categoria	No início do acolhimento	Após intervenção
Comida	<ul style="list-style-type: none"> • Sem horários das refeições • Má alimentação; • Descontrolo da quantidade de comida; 	<ul style="list-style-type: none"> • Ganharam horários para as refeições; • Boa alimentação; • Maior controlo na quantidade de comida;
Roupa	<ul style="list-style-type: none"> • Não sabiam preparar a roupa; • Não sabiam dobrar a roupa; • Roupa pouco adequada para as ocasiões, os adolescentes tendem a vestir roupas desapropriadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciativa para prepararem a roupa para o dia a dia; • Melhoramento no tratamento da sua roupa;

Banho	<ul style="list-style-type: none"> • Precisavam de muita ajuda no banho; • Muitos tinham medos e receios do banho. 	<ul style="list-style-type: none"> • Perderam o medo da água no banho; • Passou a ser uma tarefa diária da qual gostam; • No entanto, ainda havia alguma dificuldade no banho e por esse motivo havia sempre supervisão.
Higienização da Boca	<ul style="list-style-type: none"> • Cáries; • Má higiene bucal; • Má utilização da escova de dentes. 	<ul style="list-style-type: none"> • A má utilização da escova de dentes permaneceu, mas com menos evidência.
Comportamentos Pessoais	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de regras; • Utilização de vocabulário inapropriado; • Comportamentos compulsivos de mentiras. 	<ul style="list-style-type: none"> • O comportamento é alterado após estarem com os progenitores, normalmente para pior; • A mentira era usada por quase todos (uma forma de defesa); • O vocabulário inapropriado é evidenciado, mas com mais controlo.
Comportamentos sexualizados	<ul style="list-style-type: none"> • Comportamentos sexualizados não correspondentes à sua idade; • Desconhecimento dos termos de orientação sexual. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento dos vários tipos de orientação sexual; • Conhecimento das formas de proteção sexual.

Situação Escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Maioria não gostava da escola; • Faltava às aulas; • Tinha más notas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em relação às notas, aumentaram significativamente; • A assiduidade é 100%, na Casa de Acolhimento, iam sempre à escola.
Gestão do Dinheiro	<ul style="list-style-type: none"> • Má gestão do dinheiro. 	<ul style="list-style-type: none"> • Boa gestão do dinheiro.
Gestão Doméstica	<ul style="list-style-type: none"> • Desorganização no quarto; • Má organização; • Não limpavam o quarto. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tinham rotinas diárias das suas tarefas do dia a dia e, portanto, tornava-os mais responsáveis e organizados; • Limpavam os espaços comuns, alternadamente e em pares; • Limpavam o seu quarto.

VI- Conclusões

No fim desta intervenção é importante refletir acerca de todo o seu desenvolvimento, tendo em conta as fragilidades e potencialidades enfrentadas, assim como verificar se todos os objetivos foram alcançados.

O meu estágio na Casa de Acolhimento- Centro de Apoio Integrado a Criança – “A Gaivota” possibilitou uma intervenção direta com as crianças e jovens, dos 0 aos 17 anos, nela acolhidos. Desta forma, acompanhei a vida diária destas crianças/jovens, a fim de pôr em prática as minhas atividades com o intuito de promover o aumento da autonomia e das competências sociais.

As crianças/jovens quando é acolhida/o presume-se que terá uma nova oportunidade, ou seja, terá novas condições que lhe conduziram a uma vida autónoma. No entanto, nem todos os jovens aproveitam essa oportunidade, e muitos ainda se baseiam nos valores dados pelos progenitores. Isto porque, os jovens e crianças foram socializados, primariamente, no seio das famílias, e foi com a família que aprenderam princípios e valores, condutas e comportamentos.

Apesar disto, é necessário entender que nem todas as crianças quando saem da Casa de Acolhimento, tem uma família para as receber e lhes ajudar, bem ou mal, a tornarem-se autónomos. Há situações em que simplesmente os jovens não querem voltar para o meio familiar ou que o meio familiar não quer receber essa criança. Por esse mesmo motivo é importante que estas quando saem da Casa de Acolhimento saiam preparadas para uma vida autónoma.

As crianças e jovens institucionalizados saem das instituições de acolhimento assim que atingem os 18 anos. Apesar destas atingirem a maioridade, muitas ainda não se encontram preparadas para integrar a sociedade. Isto faz com que seja uma preocupação o facto das crianças e jovens não terem as competências necessárias para a autonomia. Estes fatores refletem no futuro das crianças e jovens ao nível pessoal, profissional e familiar. (Carneiro, 2005).

Cada vez há mais a preocupação de trabalhar estes aspetos nos acolhimentos institucionais, a fim de responderem adequadamente às necessidades das crianças e jovens. É missão das instituições prepararem as crianças e jovens para uma vida após o término da institucionalização (Vicente, 2009).

É assim, uma sugestão, que as Casas de Acolhimento tenham programas ou trabalhem e promovam mais a autonomia e as competências sociais nas crianças e jovens institucionalizados.

A minha observação durante o período de estágio mostra que, de uma forma geral, os comportamentos das crianças são pouco adequados, não só na relação com os outros, como com eles próprios. Há momentos de frustração e não aceitação com eles mesmos, o que prejudica na autonomização dos mesmos. No entanto, mudar estes comportamentos não é fácil. Nalgumas dimensões obtive resultados visíveis, mas noutras a mudança levará certamente mais tempo a concretizar-se. Daí a necessidade de continuidade nestes esforços e a necessidade de estar diariamente vigilante e atuante.

O facto de ter realizado diversas atividades e ter participado em outras fez com que eu tivesse contacto com várias realidades, o que foi uma mais-valia para mim, enquanto estagiária e futura mestre em Educação Social. Todos os conhecimentos e competências adquiridas serão indispensáveis para o meu futuro no mercado de trabalho.

Durante o meu estágio, enfrentei alguns desafios/obstáculos na Casa de Acolhimento. O grupo de crianças e jovens durante o meu estágio, era um grupo com grandes problemas comportamentais. A grande dificuldade sentida era em relação aos horários da escola, apoio ao estudo e terapias. Senti em muitos momentos que não tinha tempo para realizar as minhas atividades, porque durante a semana, as crianças e jovens chegavam tarde a casa e tinham horários para cumprir. Sobrava pouco tempo para as minhas atividades e tive, portanto, de fazer uma logística muito grande.

Com a análise dos resultados obtidos foi possível verificar que há uma diferença enorme quando os aspetos para promover a autonomia e as competências sociais são trabalhados, eles ganham mais confiança e ficam mais preparados para a saída da Casa de Acolhimento.

Tendo em conta os objetivos definidos e a finalidade deste estágio, são notório que se alcançou de forma positiva, e isso é possível ver no questionário de avaliação preenchido pela diretora técnica da CA|CAIC – a Gaivota em relação ao meu desempenho.

O meu orientador na Universidade do Algarve enviou um questionário de avaliação do meu trabalho às responsáveis pelo estágio na instituição. Este questionário, assim, foi preenchido sem o meu conhecimento. A Dra. Ariana Brito, no entanto, concedeu autorização para que os resultados desta heteroavaliação fossem partilhados comigo.

No questionário de avaliação do estágio entregue à Dra. Ariana Brito, foi possível conhecer as suas perceções relativamente ao meu desempenho profissional e o nível de consecução das tarefas desempenhadas durante o estágio (ver anexo 1). Toda a avaliação teve a pontuação máxima de Muito Elevada, isto mostra o valor do trabalho que fiz naquela entidade e a imagem que passei. Na avaliação qualitativa pode-se ler: A Atuação da estagiária Núria Pires pautou-se pelo cumprimento dos requisitos da função em que estava enquadrada e pela gestão

das atividades desenvolvidas, em conformidade com o Projeto de Estágio delineado. A estagiária alinou os seus valores aos da resposta social, estabelecendo relações profissionais de confiança e canais de comunicação proficientes; organizou informações; efetuou o levantamento das necessidades das crianças e das jovens acolhidas (os) e uma avaliação contínua das mesmas, identificando oportunidades de intervenção, acompanhando-as de forma humanizada. A intervenção desenvolvida pela Núria trouxe resultados bastante positivos para as crianças e jovens acolhidas (os) na resposta social denotando-se maior autonomia. A Núria revelou bastante autonomia, competência, comprometimento com os objetivos do estágio”.

Através das palavras da Dra. Ariana Brito é possível perceber que o meu trabalho na Casa de Acolhimento foi enriquecedor e que desenvolvi maior autonomia nas crianças e jovens nela acolhidos.

Assim sendo, concluo que as minhas expectativas para a realização deste estágio no CA|CAIC- a Gaivota foram superadas, uma vez que tive a oportunidade de ter um acompanhamento e disponibilidade contínuo por toda a equipa da Casa de Acolhimento. A minha orientadora esteve durante todo o processo disponível para as minhas dúvidas.

Numa avaliação global do estágio, posso afirmar que foi desafiante. Todos os dias estive perante situações diferentes que me fizeram crescer enquanto profissional.

Referências Bibliográficas

- Afonso, S. A. T. (2014). *Processos de resiliência, regulação emocional e perspetiva temporal: um estudo comparativo sobre adolescentes institucionalizados vítimas de maus-tratos familiares* [Dissertação de Mestrado, Universidade Portucalense]. Repositório da Universidade Portucalense. <http://hdl.handle.net/11328/938>
- Afonso, S. L., & Dixe, M. D. A. O. (2011). *O Efeito da Frequência de um Programa de Promoção de Competências Pessoais e Sociais em Crianças Institucionalizadas* [Dissertação de Mestrado, ISMT]. Repositório Instituto Superior Miguel Torga <http://repositorio.ismt.pt/handle/123456789/120>
- Alberto, I. (2003). Como pássaros em gaiolas? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco, In Machado, C. e Gonçalves, R. (Coord.), *Violência e Vítimas de Crimes* (vol. 2). Coimbra: Quarteto, pp. 223-244
- Alves, S. (2007). *Filhos da Madrugada: percursos de jovens em lares de infância e juventude*. Lisboa: ISCSP.
- Aires, L. (2015). *Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional*. (2nd ed.). Universidade Aberta. https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2028/4/Paradigma_Qualitativo%20%281%20edi%C3%A7%C3%A3o_atualizada%29.pdf
- Azevedo, J., & Baptista, I. (2008). Educadores Sociais: Quem são? O que fazem? Como desejam ser reconhecidos? *Cadernos de pedagogia social*, (2), 45-60. <https://doi.org/10.34632/cpedagogiasocial.2008.1924>
- Azevedo, S., & Correia, F. (2013). A Educação Social em Portugal: evolução da identidade profissional. *RES: Revista de Educación Social*, (17), 14.
- Bisquerra, R. (1989). *Métodos de Investigación Educativa: Guia Prática*. CEAC.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora.
- CARDOSO, Ana Maria A. Serapicos de Borda - *Alguns desafios que se colocam à Educação Social. Cadernos de Estudo*. Porto: ESE de Paula Frassinetti. N.º 3 (2006), p.7-15. <http://hdl.handle.net/20.500.11796/880>
- Carneiro, R. (2005). *Casa Pia de Lisboa – Um Projeto de Esperança*. Cascais: Principia.
- Carvalho, M. J. L. (2013). *Sistema nacional de acolhimento de crianças e jovens*. Fundação Calouste Gulbenkian. Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano.

- https://gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2021/05/52Est_Sistema_Nac_Acolhimento_Crianças_Jovens.pdf
- Carvalho, A. & Baptista, I. (2004). *Educação Social: Fundamentos e Estratégias*. Porto Editora.
- CVP. (2023). *Cruz Vermelha Portuguesa. Cruz Vermelha Portuguesa de Tavira*. Consultado a abril de 2023: <https://cruzvermelhatavira.pt/>
- Sloutsky, V. M. (1997). Institutional Care and Developmental Outcomes of 6- and 7-year-old Children: A Contextualist Perspective. *International Journal of Behavioral Development*, 20(1), 131–151. <https://doi.org/10.1080/016502597385487>
- Colás Bravo, P. (1992): “*La Metodologia cualitativa*”. In P. Colás, L. Buendia, *Investigación Educativa*. Sevilla: Alfar.
- Coutinho, C. P., Sousa, A., Dias, A., Bessa, F., Ferreira, M. J. R. C., & Vieira, S. R. (2009). Investigação-acção: metodologia preferencial nas práticas educativas. *Psicologia Educação e Cultura*, (13), 355-380. http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10148/1/Investiga%c3%a7%c3%a3o_A%c3%a7%c3%a3o_Metodologias.PDF
- Coutinho, C. P., & Lisbôa, E. S. (2011). Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI. *Revista de Educação*, Vol. XVIII (1), p. 5- 22. <https://hdl.handle.net/1822/14854>
- Delgado, P., Correia, F., Martins, T., & Azevedo, S. (2014). A educação social em Portugal: novos desafios para a identidade profissional. *Interfaces Científicas-Educação*, 3(1), 113-124. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2014v3n1p113-124>
- Dias, I.S. (2010, janeiro/junho). Competências em educação: Conceito e significado pedagógico. *Revista da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 14 (1), 73-78. DOI: 10.1590/S1413-85572010000100008
- Díaz, A., (2006). Uma Aproximação à Pedagogia--Educação Social. *Revista Lusófona de Educação*, (7), 91-104.
- Fernandes, M. A., & Silva, M. G. P. (1996a). Centro de Acolhimento para Crianças em Risco- Condições de implantação, localização, instalação e funcionamento. *Direcção-Geral da Acção Social-Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação*.
- Fernandes, M. A., & da Silva, M. G. P. (1996). *Centro de Acolhimento para crianças em risco*.
- Guerra, I. (2000). *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção - O Planeamento em Ciências Sociais*. Cascais: Principia.

- Gonçalves, P. S. C. (2020). *A institucionalização de crianças e jovens e processos de definição identitária: o caso de três acolhimentos residenciais* [Dissertação de Mestrado, ISSP]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/32900>
- Instituto da Segurança Social. (2017). *Guia Prático-Medidas de Promoção e Proteção e Apoios sociais Crianças e Jovens em Situação de Perigo*. Consultado a janeiro de 2023. http://www.segsocial.pt/documents/10152/14961/apoios_sociais_crianças_jovens_situacao_perigo/9cf79f50-51d4-477b-82d8-c340a568fa00
- Instituto de Segurança Social (2010). *Plano de Intervenção Imediata - Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2009*. Lisboa, Instituto de Segurança Social, I.P. Consultado a março de 2023 <http://www.casapia.pt/LinkClick.aspx?fileticket=xsCRqWzcVyQ%3D&tabid=316&la>
- Instituto da Segurança Social (2021). *Relatório CASA 2021*. Consultado a maio de 2023 https://www.seg-social.pt/documents/10152/13200/Relat%C3%B3rio+CASA_2021/d6eafa7c-5fc7-43fc-bf1d-4afb79ea8f30
- Kroef, Renata Fischer da Silveira, Gavillon, Póti Quartiero, & Ramm, Laís Vargas. (2020). Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(2), 464-480. <https://dx.doi.org/10.12957/epp.2020.52579>
- Kuhne, G. W., & Quigley, B.A. (1997). Understanding and using action research in practice settings. In B. Allan Quigley & Gary W. Kuhne (eds.), *Creating practical knowledge through action research: posing problems, solving problems, and improving daily practice*, (pp. 23-40). San Francisco: Jossey-Bass Publishers.
- Menezes, N. (2015/2016). Serviço Social Intergeracional. Lamego: ESTGL.
- Mota, C. P., & Matos, P. M. (2010). Adolescentes institucionalizados: O papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrolo. *Análise psicológica*, v. 28, n. 2, p. 245-254, 2010. <https://doi.org/10.14417/ap.278>
- Mota, C. P., & Matos, P. M. (2008). Adolescência e institucionalização numa perspectiva de vinculação. *Psicologia & Sociedade*, 20, 367-377. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000300007>
- Neves, M. C. F., Cunha, M. O., & Albuquerque, A. C. (2011). *Autonomia e Satisfação com a Vida em Jovens Institucionalizados: Lares de Infância e Juventude vs Apartamentos de Autonomização* (Dissertação de Mestrado, ISMT). Instituto Superior Miguel Torga.

- <https://repositorio.ismt.pt/bitstream/123456789/146/1/Disserta%20a7%20a3o%20Magd%20a%20Neves.pdf>
- Oliveira, S. S. D. S. P. (2019). *Promoção de Autonomia em Jovens Institucionalizados: Perceções dos Profissionais de Casas de Acolhimento Residencial* [Dissertação de Mestrado, ESEV]. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Viseu. <http://hdl.handle.net/10400.19/6319>
- Ortega Esteban, J. (1999). *Educación social especializada: educación con menores en dificultad y en conflicto social*.
- Pires, S. A. D. C. (2011). *A promoção da autonomia em jovens institucionalizadas* (Doctoral dissertation, Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação). Biblioteca Digital do IPB. <http://hdl.handle.net/10198/6856>
- Reichert, C. B. e Wagner, A. (2007). Autonomia na adolescência e sua relação com os estilos parentais, *Revista Psico*, v. 38, n. 3, set./dez., pp: 292-299. <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/1496/2173>. (Acedido a 22- 01 -2011)
- Ribeiro, A. M. (2008). *Projecto de promoção da autonomia de crianças e jovens em acolhimento residencial* (Dissertação de Mestrado, ISCTE). Repositório do Instituto Universitário de Lisboa
- Silva, A., & Pinto, J. (1986). Uma visão global sobre as Ciências Sociais. In Augusto Santos Silva & José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 09-27). Porto: Edições Afrontamento. <https://hdl.handle.net/10405/56830>
- Sloutsky, V. M. (1997). Institutional Care and Developmental Outcomes of 6- and 7-year-old Children: A Contextualist Perspective. *International Journal of Behavioral Development*, 20(1), 131–151. <https://doi.org/10.1080/016502597385487>
- Spear HJ, Kulbok P. Autonomy and adolescence: a concept analysis. *Public Health Nurs*. 2004 Mar-Apr;21(2):144-52. doi: 10.1111/j.0737-1209.2004.021208.x. PMID: 14987214.
- Vicente, B. (2009). *Desenvolvimento da autonomia sustentada de jovens provenientes de acolhimento institucional: projecto para o desenvolvimento de competências emocionais e operacionais para a independência* (Dissertação de Mestrado). Obtido de <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1881>
- Vilares, I. (2009). A Institucionalização: (Des) Encontros Pela Relação, Actas das II Jornadas de Educação Social. Bragança, Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Bragança, pp: 1-16.

Vilelas, J. (2009). *Investigação. O processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.

Vilelas, J. (2020). *Investigação – O processo de construção do conhecimento (3ª ed.)*. Lisboa: Edições Sílabo.

Legislação Consultada

Lei n.º 147/99, de 01 de setembro- Lei de Proteção e Promoção das Crianças e Jovens

Documentos Institucionais

Projeto Educativo 2023-2025- CA|CAIC- “A Gaivota” - Construir no Presente para Empoderar no Futuro.

Regulamento Interno da CA|CAIC- “A Gaivota”.

ANEXOS

Anexo 1- Questionário de avaliação de desempenho da estagiária: Núria Pires



Universidade do Algarve – Escola Superior de Educação e Comunicação
Mestrado em Educação Social
Estágio – Ano letivo 2022/ 2023

Questionário de avaliação de desempenho da estagiária: *Núria Isabel Teixeira Pires*

1. Na tabela que se segue, assinale com um X a sua perceção relativamente ao desempenho profissional do/a estagiário/a:

Itens	1 Muito baixa	2 Baixa	3 Média	4 Elevada	5 Muito elevada	Não se Aplica
Pontualidade					X	
Assiduidade					X	
Comunicação com a equipa da instituição					X	
Comunicação com as crianças/ jovens					X	
Capacidade de integração na equipa					X	
Responsabilidade profissional					X	
Disponibilidade para colaborar com a equipa					X	
Proatividade					X	
Dedicação					X	
Empenho em aprender					X	
Avaliação global do desempenho					X	

2. Assinale, na tabela abaixo, o grau de satisfação relativamente às tarefas desempenhadas durante o estágio:

Itens	1 Muito insatisfatória	2 Insatisfa- tória	3 Média	4 Satisfatória	5 Muito satisfatória	Não se Aplica
Adequação das atividades aos objetivos do trabalho					X	
Adequação dos métodos utilizados					X	
Domínio dos conteúdos abordados					X	
Reação perante o feed-back dos responsáveis na instituição					X	
Clareza da linguagem utilizada					X	

Relação com as crianças/ jovens					X	
Contributo do trabalho desenvolvido para a missão da instituição					X	
Avaliação Global das Atividades					X	

3. Apreciação qualitativa do trabalho desenvolvido e da postura geral do/a estagiário/a

(Acrescentar as linhas que desejar dentro da caixa)

A atuação da estagiária *Núria Pires* pautou-se pelo cumprimento dos requisitos da função em que estava enquadrada e pela gestão das atividades desenvolvidas, em conformidade com o *Projeto de Estágio* delineado.

A estagiária alinou os seus valores aos da resposta social, estabelecendo relações profissionais de confiança e canais de comunicação proficientes; organizou informações; efetuou o levantamento das necessidades das crianças e dos jovens acolhidas(os) e uma avaliação contínua das mesmas, identificando oportunidades de intervenção, acompanhando-as de forma humanizada. A intervenção desenvolvida pela Núria foi trouxe resultados bastante positivos para as crianças e jovens acolhidas(os) na resposta social denotando-se maior autonomia.

A *Núria* revelou bastante autonomia, competência comprometimento com os objetivos do estágio.

Data: 03/05/2023

Local de Estágio: Casa de Acolhimento do Centro de Apoio Integrado a Crianças "A Gaiivota"
Centro Humanitário de Tavira da Cruz Vermelha Portuguesa

Nome do avaliador: Ariana Isabel Roque Brito

Assinatura

ARIANA ISABEL ROQUE BRITO